

FORTIFICAÇÕES  
E TERRITÓRIO  
NA PENÍNSULA  
IBÉRICA E NO MAGREB  
(SÉCULOS VI A XVI) **Vol. II**

Coordenação de  
Isabel Cristina F. Fernandes



Edições Colibri



# Técnicas e táticas de assédio e defesa dos castelos em Portugal no contexto da reconquista – O caso de Alcácer, 1217

CARLOS FILIPE AFONSO

Exército Português

## Introdução

**S**OBRE a guerra em Portugal na Idade Média, encontramos em autores como João Gouveia Monteiro, Mário Jorge Barroca ou Miguel Gomes Martins, referências incontornáveis. Os seus trabalhos patenteiam grande coerência terminológica, especialmente no que respeita às principais expressões que a historiografia militar medieval tem vindo a consagrar. No entanto, em relação ao tratamento de certas facetas da guerra, em que entram em jogo detalhes e particularidades técnicas, constata-se que o leque terminológico se alarga e, frequentemente, diferentes autores utilizam termos ou expressões diversas para retratar realidades semelhantes. O oposto – o uso de um mesmo termo para expressar realidades diferentes – também se torna frequente. O presente trabalho visa, recorrendo à ciência militar actual, propor um quadro terminológico que permita circunscrever as actividades relacionadas com a poliorcética.

Escolhemos articular o texto em três partes. Uma vez delimitados os conceitos, far-se-á uma incursão, para enquadramento, pelo impacto de cinco séculos de presença muçulmana, e forma de fazer a guerra, incluindo a arquitectura militar. Seguidamente, importará identificar, dentro da terminologia escolhida, quais os métodos e técnicas mais utilizados no Portugal dos séculos XII e XIII e porquê<sup>3</sup>. Finalmente, abordar-se-á um evento em particular – o cerco e conquista de Alcácer do Sal, procurando identificar as técnicas e táticas utilizadas por ambos os contendores.

## Terminologia

Cada área de estudo conta com um conjunto de expressões próprias que, apesar de muitas vezes serem de utilização vulgar no dia-a-dia, adquirem um significado especial, frequentemente diverso do senso comum, quando no contexto científico. A ciência militar actual cumpre esta regra, pelo que nos parece adequado efectuar uma breve incursão pelo conjunto de termos que nos propomos utilizar no presente trabalho.

A primeira área em que vemos necessidade de estabelecer uma clara distinção é a que está relacionada com os conceitos de estratégia, tática e técnica. De acordo com o general André Beaufre<sup>4</sup>, a estratégia reside na arte de utilizar a força para a concretização dos objectivos da política (BEAUFFRE, 1963: 35). Durante toda a Idade Média, as realidades de estraté-

gia e de política, ainda que incipientes, fundiam-se frequentemente num só indivíduo ou conjunto de indivíduos: o soberano e os conselheiros de quem este se fazia rodear. Se o objectivo (político) do rei de Portugal era assegurar a existência, sobrevivência e reconhecimento do seu reino, enquanto tal, na Europa do século XIII, a estratégia directa de combate aos reinos muçulmanos do sul, no âmbito da Reconquista, era inevitável. Do que foi dito até aqui, pode concluir-se que, quando falamos de estratégia, estamos a referir-nos à forma como o rei aplica a sua força militar no seu todo. Esta aplicação da força envereda pelo emprego daquilo a que hoje chamamos “modalidade de acção estratégica”, ou a combinação de diferentes modalidades de acção, consoante as circunstâncias vividas<sup>5</sup>. Por exemplo: a partir dos meados do século XI, a preocupação primordial na luta contra os muçulmanos deixou de ser o saque e os proventos de guerra, para passar a ser o controlo territorial (BARROCA, 2005c: 150), por razões que abordaremos mais adiante. Ora, este indicador, só por si, permite identificar a mudança de modalidade de acção estratégica. Os dois primeiros reis de Portugal, ao doar territórios às ordens militares na linha do Tejo, promover a construção de castelos naquela área, e incentivar as incursões para sul do rio, optaram por uma modalidade de acção estratégica de acções sucessivas<sup>6</sup>. Esta guerra de expansão territorial fez surgir a necessidade de empresas militares mais demoradas, envolvendo concentração de recursos até então nunca vista – a prática dos grandes cercos (BARROCA, 2005c: 150).

A estratégia, patamar superior à tática, caracteriza-se essencialmente por ser multilateral<sup>7</sup>, por ser uma preocupação permanente e por ter de ser pensada a longo termo.

A tática, por seu turno, diz respeito à forma como, na área específica de cada parcela de terreno em que se desenrola o combate, é empregue a força. A sua problemática reside essencialmente na manobra, ou seja, na acção que tem de ser feita para adquirir vantagem nítida sobre um adversário. Dito de outra maneira, a tática é o modo como são empregues os meios materiais e humanos, no terreno, para alcançar a vitória. Vimos, nos parágrafos consignados à estratégia, que, a partir de dado momento, no quadro da Reconquista, os soberanos se viram condicionados

a optar pela modalidade de acção estratégica de acções sucessivas e que o controlo do território passava, inevitavelmente, pela necessidade da conquista e posse de fortalezas. Ora, a forma como, perante determinado castelo, tanto o atacante como o defensor decidem empregar os seus meios, é do âmbito da tática.

A tática caracteriza-se por ser bilateral, por ser aplicada localmente e em curtos espaços temporais (sincopada).

A técnica é a componente elementar do combate. A destreza física do combatente e as competências com que maneja determinada arma, são do âmbito da técnica. Está intimamente ligada aos materiais e à sua utilização directa. Em 1147, durante o cerco de Lisboa, cruzados ingleses e flamengos construíram grandes torres móveis, de madeira, para assaltar as muralhas. Estes engenhos acabaram por ser destruídos pelos defensores muçulmanos, antes de conseguirem ser deslocados para junto das muralhas. A construção de torres de assalto deste género constitui uma das técnicas possíveis, no assédio a fortalezas.

Ao relacionar técnica com tática, pode afirmar-se que, para executar determinada manobra tática é, geralmente, exigida uma combinação de diferentes técnicas. Pode então encarar-se a tática como a arte da busca do melhor emprego dos meios através da combinação ou conjugação de técnicas.

Técnica, tática e estratégia constituem patamares diferentes de uma realidade militar, intimamente relacionadas entre si. Quando referimos, a propósito da estratégia, que, em dado momento, esta mudou dos proventos de guerra para o controlo territorial, pelo menos uma das razões para o sucedido é de cariz eminentemente técnico. Até ao surgimento da cavalaria pesada, na Península, que ocorreu durante os séculos XI e XII, predominavam, quer do lado cristão, quer do lado muçulmano, as expedições essencialmente predatórias (BARROCA, 2003c: 150). A transição técnica de um modelo de combate assente em forças ligeiras, que privilegiavam a velocidade em detrimento do poder de choque, para um modelo assente num meio pesado, capaz de conseguir com facilidade resultados decisivos em combate, abriu os horizontes para uma guerra de conquista territorial. Neste caso, a evolução técnica revolucionou a tática (os cavaleiros pesados já não serviam para incursões, mas sim para obter resultados decisivos por intermédio do choque) e tudo isto influiu na estratégia, passando a ocupação de território inimigo a ser uma opção perfeitamente exequível e equacionável, pelo menos com mais facilidade do que anteriormente, do ponto de vista da estratégia.

A propósito dos três conceitos expostos, há ainda a referir um aspecto. Se, a partir da Idade Moderna, assistimos a uma separação cada vez mais vincada entre os executantes de cada um dos níveis, na Idade Média, a estratégia e a tática encontravam-se, quase sempre, concentradas na pessoa do rei. Este, para além de delinear a estratégia, comandava pessoalmente a hoste, pelo que era responsável pelo seu emprego tático. Para além disso, não raras vezes, via-se obrigado, ele próprio, a combater, pelo que tinha que dominar as técnicas.

Há um outro conjunto de termos acerca dos quais

nos parece pertinente estabelecer uma distinção. Referimo-nos às designações de assédio, cerco e conquista<sup>8</sup>. Encontramo-nos, mais uma vez, perante realidades acerca das quais existe uma percepção mais ou menos clara, mas ainda assim é imperioso delimitá-las rigorosamente, para a continuação da análise. Na terminologia militar actual, são somente aplicados os dois últimos conceitos, pelo que, para definir assédio, é necessário recorrer ao dicionário da língua portuguesa, do qual aproveitaremos, desde logo, a primeira definição: “conjunto de operações que visam a conquista de uma posição inimiga”<sup>9</sup>. Como se pode verificar, para a temática em apreço, a utilização deste termo é indispensável, dado que encerra todo o conjunto de acções ofensivas possíveis de desencadear contra uma fortificação. Note-se, ainda, que apesar de sugerir a ocorrência de combate, não é forçoso que assim aconteça.

Em relação ao termo seguinte, entende-se por cerco a acção militar cuja tarefa tática é “isolar”, ou seja, privar o inimigo das suas fontes de apoio, quer físicas, quer psicológicas, negar-lhe liberdade de movimento e impedir que contacte com outras forças inimigas (APP 6-B, 2008: E-4).

Verifica-se, então, que o cerco é uma operação diversa do último termo a abordar – conquista. Conquistar (tarefa tática), significa apoderar-se, ganhar controlo de uma área previamente controlada pelo inimigo. A conquista implica sempre a presença de inimigo, no espaço que se pretende controlar<sup>10</sup>.

O cerco, por si só, pode não conduzir à conquista. No entanto, nas operações de assédio em que se torna imperioso isolar a fortaleza, o cerco é uma disposição prévia, necessária para tornar possível a aplicação das táticas e técnicas para a conquista.

Em resumo, temos um termo – assédio – que encerra todas as acções e operações que visam a conquista de uma fortaleza e que são o objecto do presente trabalho. Temos um outro termo – cerco – que, frequentemente, é confundido com o primeiro, mas que designa somente o que podemos considerar como uma operação preliminar. Finalmente, apresentámos uma designação – conquista – que significa retirar a um inimigo controlo de um espaço (fortaleza), passando esse controlo a ser efectuado pelo atacante.

O presente texto é uma incursão no domínio da poliorcética, mais concretamente sobre táticas de assédio a fortalezas, em uso em Portugal no início do século XIII, e as técnicas que a cada uma estão associadas. Na última parte do trabalho, para ilustrar as realidades descritas, servimo-nos de um caso de estudo: a tomada de Alcácer do Sal, pelas forças de D. Sancho I, em 1217.

### **A guerra e o lugar da Poliorcética no século XII Peninsular – A presença islâmica e a lei do reequilíbrio ou ajustamento de forças**

O período de referência para o presente trabalho, séculos XII e XIII, abrangendo a fundação do reino de Portugal e a reconquista no Gharb, até 1249, não pode ser apresentado de forma isolada. Com efeito,

do século VIII ao século XIII, a sociedade hispânica estava organizada para a guerra. A luta contra os muçulmanos, a guerra de reconquista e a religião seriam os factores principais, responsáveis pelo modelar das estruturas sociais (CONTAMINE, 1980: 144). Esta predisposição social para o combate explica-se, em boa parte, pela presença, no espaço ibérico, de entidades com elevado grau de incompatibilidade ideológica, extremada a espaços mais ou menos regulares. Na Península Ibérica, vigorou a lei da evolução da guerra, conhecida como lei de reequilíbrio ou ajustamento de forças.

Analisar o período em causa somente do ponto de vista do confronto entre cristãos e muçulmanos é perigoso e, certamente, redutor. No entanto, apesar das relações entre os diversos reinos cristãos que se foram formando, tantas vezes mais sangrentas que a própria guerra contra muçulmanos, e das convulsões internas do al-Andalus<sup>11</sup>, o “pano de fundo” que assiste a grande parte da Alta Idade Média peninsular é o facto de aqui se encontrar uma fronteira civilizacional.

Para detectar algumas das especificidades da guerra ibérica, torna-se necessário perceber a enquadramento da presença muçulmana e a forma como ocorreram os confrontos com os reinos cristãos.

A rapidez com que, entre 711 e 716, o váli de Marrocos passou a controlar praticamente toda a Península Ibérica é reveladora da espantosa fragilidade em que se encontrava a autoridade visigoda. O modelo militar vigente até então<sup>12</sup> desapareceu em definitivo, em boa parte devido à descoordenação entre os líderes locais, que gozavam, estatutariamente, de relativa independência em relação ao poder central. Esta independência era eficaz contra ameaças regionais, mas revelou-se inoperante face à invasão muçulmana, mais abrangente.

Do ponto de vista do mundo islâmico do século VIII, a conquista da Península Ibérica e o avanço para território franco representam a maior extensão para ocidente. Esta foi conseguida, em grande medida, à custa dos *mawadi*, diferentes tribos clientes árabes e berberes, que se foram convertendo, materializando a expansão da fé e cultura islâmicas pelo norte de África, ao longo do século anterior. Os invasores de 711, sob o comando de Tariq bin Ziyad e, no ano seguinte, sob o próprio váli de Marrocos, Muça bin Nusayr, formavam corpos diferenciados, constituídos, precisamente, por *mawadi* (NICOLLE, 2001: 6). Entre eles encontravam-se unidades provenientes do Egipto, da Grécia e Pérsia, mas é de admitir que o grosso do contingente assentasse nas tribos berberes. Estes contingentes eram compostos por cavalaria ligeira e por massas de infantaria auxiliar, com armas ligeiras, com preponderância para as armas de arremesso e projecção, típicas da bacia mediterrânica (dardos, fundas, arcos curtos). Contra as forças visigodas, mais bem armadas e detentoras de superioridade técnica, o sucesso muçulmano residiu na unidade de comando e na capacidade de concentrar efectivos muito superiores, no momento e local do combate. Durante este período, os conquistadores não tinham

superioridade técnica, mas detiveram superioridade - estratégica e tática.

O único reduto sob controlo cristão, na Península, foi o reino das Astúrias. Afonso I (739-757) desencadeou acções militares contra o sul muçulmano, não com a intenção (porque não tinha possibilidade) de ocupar território, mas para obter proventos de guerra, através do saque e da captura de prisioneiros. É só com Afonso III (866-910), que a guerra começa a conduzir a uma fixação territorial. Este monarca foi responsável por um conjunto de operações ofensivas, designadas por presúrias que, entre 868 e 878, colocaram a fronteira cristã ocidental ao longo do vale do Mondego, posição em que permaneceria até 987. Por esta altura, ascendeu ao comando dos exércitos califais al-Mansur<sup>13</sup> ibn Abi Amir. Este líder militar protagonizou uma profunda reforma militar, eliminando a estrutura tribal e reforçando os contingentes hispânicos com mercenários berberes e cristãos, a troco de valiosas recompensas. O exército muçulmano profissionalizou-se e ganhou, de novo, capacidade ofensiva. Foram desencadeadas diversas operações, particularmente violentas, que fizeram com que a fronteira tornasse a recuar para o vale do Douro. Entre estas expedições contam-se incursões em Leão, Castela, Aragão e Navarra, incluindo o saque de cidades como Zamora e até Compostela (BARROCA, 2003b: 22-26).

Durante os três séculos que mediaram entre a invasão do al-Andalus e as expedições de ibn Abi Amir, o emirado independente (até 929) e, depois, califado de Córdoba, foi uma potência regional, nitidamente mais avançada do que a Europa Cristã. Junto ao Guadalquivir concentravam-se as cidades mais importantes e praticava-se a agricultura de forma intensiva, apoiada em sofisticados sistemas de irrigação. Nas planícies centrais, a economia era baseada na criação de gado. Córdoba e Sevilha não encontravam paralelo em nenhuma outra cidade da Europa. A estrutura de uma hoste permanente aquartelada em Córdoba, consolidada por al-Mansur ibn Abi Amir, reforçada pelos contingentes provinciais, permitia que, uma vez convocada a mobilização, se concentrasse na capital uma força impressionante, que podia depois ser conduzida em direcção aos objectivos estratégicos<sup>14</sup>. Este sistema perdurou, com eficácia, até à decomposição do califado, em 1011.

Nas décadas que se seguiram, surgiram reinos independentes, em redor das cidades muçulmanas mais importantes, conhecidos como os primeiros reinos taifas ou primeiras taifas<sup>15</sup>. Ao mesmo tempo que o al-Andalus vivia sob o signo da fragmentação, desenvolveu-se, no norte de África, numa extensão que ia até à região do Senegal, uma facção berbere que defendia o cumprimento ortodoxo do islão – os almorávidas. Quando, em 1085, Afonso VI de Leão (1040-1109) tomou a cidade de Toledo, o rei da Taifa de Sevilha, receando o avanço cristão, pediu apoio a Yusuf bin Tasufin, austero dervixe e líder dos almorávidas. Em 1086, em Zalaca, perto de Badajoz, o exército almorávida derrotou as forças de Afonso VI. Nos anos que se seguiram, são conhecidos mais cinco

desembarques das forças almorávidas, com operações desencadeadas não contra os reinos cristãos, mas contra as Taifas do al-Andalus, onde se assistia ao relaxamento dos preceitos doutrinários islâmicos e à tolerância para com cristãos e judeus. Estas foram sucumbindo ao poder berbere, de tal modo que o território muçulmano começou a recompor-se debaixo de uma autoridade única. Passado pouco mais de um século, a partir de 1125, surgiu um novo poder no Magrebe, que tinha, muito à semelhança dos almorávidas, a sua própria interpretação rigorosa da lei islâmica – os almóadas. Estes começaram a impor-se, de tal modo que o império almorávida se viu obrigado a desviar recursos militares do al-Andalus para o norte de África. Este enfraquecimento do controlo, na Península, foi propício à eclosão de revoltas e movimentos secessionistas, como o que ocorreu em Mértola, em 1144, protagonizado por Ibn Qasi<sup>16</sup>, que deu início ao segundo período de reinos taifas. A conjuntura foi também aproveitada pelos reinos cristãos, através de importantes conquistas, que viriam a colocar a fronteira portuguesa na linha do Tejo. Por um processo muito semelhante àquele que trouxe os almorávidas ao al-Andalus, Ibn Qasi solicitou apoio aos almóadas, que iniciaram um processo de conquista, a partir do Algarve. As segundas taifas terminaram, quando as forças almóadas conseguiram submeter Tavira e Silves, em 1156 e, finalmente, Mértola, em 1157. Estas novas forças marroquinas só entraram decisivamente no espaço peninsular a partir de 1163, com a subida ao poder do califa Abu Yaquub Yusuf I, al-Sahid (1163-1184) e, na década seguinte, iriam debater-se com grandes dificuldades para consolidar o seu poder, devido aos ataques cristãos<sup>17</sup>. A partir de 1179, as forças almóadas restabeleceram um equilíbrio com as forças cristãs e ganharam a iniciativa, materializada pelo ataque ao castelo de Abrantes. Em 1190, Abu Yaquub Yusuf, al-Mansur reconquista Silves (que tinha sido tomada por D. Sancho I, no ano anterior), toma Évora, Santarém, e Torres Novas. Cerca Tomar, sem, no entanto, conseguir conquistar a cidade aos Templários de Gualdim Pais. No ano seguinte retoma Alcácer do Sal, Palmela e Almada. Em 1195, na batalha de Alarcos, perto de Ciudad Real, Abu Yaquub Yusuf derrota um exército formado pelas tropas castelhanas de Afonso VIII, engrossadas com contingentes de diversas proveniências. Os almóadas serão senhores do al-Andalus até à batalha de Navas de Tolosa, em 1212, altura a partir da qual o seu poder vai entrando em declínio. Em 1228, uma revolta iniciada em Múrcia, dá origem a mais um breve período de reinos taifas. Desde esta data, até ao final da Reconquista em Portugal, em 1249, o poder almóada, apesar de subsistir, já não conhecerá o auge de outrora.

Na resumida descrição efectuada sobre a ocupação muçulmana do espaço português, ressalta, desde logo, um aspecto de cariz estratégico: sempre que a entidade islâmica se encontra sob um poder forte, existe unidade de comando, coincidindo estes períodos com as alturas de maior sucesso militar.

É também notória a característica, já mencionada anteriormente, de que, mesmo independentemente da existência de um período em que abundavam as incursões de flagelação e saque, seguido de outro com mais predomínio de conquistas territoriais (e, portanto, assédios a fortalezas), ambas as tipologias de operações coexistiram durante todo o tempo.

### Os combatentes

O percurso efectuado pelos cinco séculos de ocupação muçulmana do território correspondente a Portugal, no al-Andalus, destinou-se a prover-nos com os antecedentes respeitantes à realidade estratégica vivida nos séculos XII e XIII. Vimos que, por altura da invasão muçulmana, no século VIII, foram os grandes contingentes de cavalaria ligeira, acompanhados por uma infantaria auxiliar, igualmente ligeira, que dominaram o espaço ibérico em menos de uma década. Esta inovadora concepção de guerra muçulmana seria rapidamente adoptada pelas próprias forças cristãs, mesmo as exteriores à Península<sup>18</sup> e perdurou, entre nós, até meados do século XI. Este século surge como uma linha, bem nítida, de mudança nos mais diversos campos, com repercussões no modo de fazer a guerra. O Mediterrâneo Ocidental é, então, atravessado por uma onda de renovação de religiosidade, que se traduz na busca de uma relação mais próxima com o divino e, nesse sentido, por um reavivar das correntes místicas. Esta mutação atinge ambos os blocos civilizacionais, cristão e muçulmano. No primeiro, ela dará lugar a uma renovação monástica, por exemplo, cisterciense, enquanto que, no segundo, levará à divulgação do sufismo e aos movimentos políticos e religiosos com dimensão reformadora ou messiânica. Existe um paralelismo entre as manifestações almóadas e cristãs (FERNANDES, 2000: 148).

Apesar das convulsões e alternância das características políticas e religiosas da entidade muçulmana na Península, ao longo de cinco séculos de permanência no território correspondente ao que viria a ser Portugal, podemos, em traços gerais, caracterizar os factores com implicações militares, comuns a todas as épocas. O al-Andalus partilhava dos avanços tecnológicos, provenientes do mundo islâmico, nomeadamente no que respeita à poliorcética, metalurgia e armação de navios. O exército era composto por um núcleo de unidades regulares, descendentes das guarnições sírias do século VIII, permanentes, mas pouco numerosas<sup>19</sup>. Havia, depois, um conjunto de guerreiros obrigados ao cumprimento do serviço militar, em troca dos seus *iqta*<sup>20</sup>, mercenários recrutados temporariamente fora e dentro da península<sup>21</sup>, milícias do al-Andalus de escasso valor militar e, finalmente, voluntários para a guerra santa (CONTAMINE, 1984: 71).

O poder almóada, instituído no século XII, mantinha muitas das características descritas até aqui mas utilizava, sobretudo, tropas berberes, que se deslocavam do Norte de África aquando de cada campanha, bem como mercenários árabes, turcomanos e cristãos, pagos através de um sistema de soldo.

É de referir a proliferação do sistema de *ribat*. Tratam-se de fortificações de fronteira ou costeiras, guarnecidas por voluntários religiosos. Estas estruturas tinham semelhanças com os mosteiros fortificados cristãos, mais tardios, e não é despropositado mencionar que este sistema possa ter tido alguma influência no desenvolvimento das ordens militares.

Era hábito efectuar operações ofensivas, pelo menos uma vez por ano, a partir de Junho, com o objectivo de conquistar fortalezas. Eram também efectuadas operações de menor envergadura, com base somente em cavalaria ligeira, que consistiam em incursões bem no interior dos territórios cristãos, para efectuar pilhagens, com destaque para o roubo de cavalos.

Apesar deste conjunto de forças poder parecer de alguma forma desconexo, a realidade é precisamente a oposta. Mais do que nos reinos cristãos, estas forças variadas atingiam padrões de eficácia extraordinária, desde que solidamente apoiadas num Estado bem organizado (NICOLLE, 2001: 8). Nos séculos XII e XIII vamos encontrar, como guarnições permanentes das fortalezas principais, corpos de soldados regulares almóadas, provenientes da cordilheira do Atlas, complementados, desde 1170, por contingentes de cavalaria andaluzes<sup>22</sup>. A guarnição era complementada (ou aumentada, em tempo de guerra) por milicianos do al-Andalus. É de admitir que, durante os reinos taifas, bem como no período almóada, mas nas fortalezas menores, predominassem as milícias locais. Ao contrário do que possa parecer à primeira vista, estas pequenas hostes mantidas, pelas taifas, eram corpos bem treinados e eficazes, que mantinham estruturas semelhantes às almorávidas (Nicolle, 1989: 22). Em caso de perigo iminente, era comum armar os civis e até cativos cristãos, forçados a combater (cf. HENRIQUES, 2006: 25).

Do lado cristão, nos séculos XII e XIII, o serviço militar tinha adquirido uma centralidade no seio do sistema urbano social, dividindo-se as operações em dois tipos: ofensivas (incursões, entre as quais se destacam os fossados) e defensivas (apelidos).

Os meios humanos a quem os soberanos e líderes militares dos reinos cristãos, em geral, e de Portugal, em particular, podiam deitar mão não eram tão vastos como os dos seus congéneres muçulmanos. A cavalaria pesada, fazendo uso de sela alta, estribo comprido e lança, foi assumindo protagonismo, mas o número de cavaleiros era bastante reduzido. A força montada era complementada com cavalaria vilã, mais ligeira, mas mais numerosa, que prestava serviço sazonal ou ocasional. A partir da década de 60 do século XII, a Ordem do Hospital que, com a Ordem do Templo, estava presente no território português, havia pelo menos quarenta anos, militariza-se. Surgem também as ordens ibéricas, como Santiago, Calatrava e os freires de Évora. As hostes organizam-se em torno destes corpos de cavalaria, especialmente para a realização de operações ofensivas. Estas eram organizadas sobretudo no Verão e eram conduzidas pelo próprio monarca, por cavaleiros nobres, em seu nome, ou por clérigos, incluindo clero regular e secular<sup>23</sup>. Para preencher as fileiras, recorria-se à utilização de cavalaria vilã e peonagem.

A partir do século XI, a besta torna-se numa arma cada vez mais popular entre os cristãos, de tal modo que a escola de tiro com arco vai declinando à medida que vão surgindo os besteiros especialistas. Estes combatentes – apesar de gente do povo – vão adquirindo um estatuto diferenciado nas hostes.

Os artesãos especialistas em instrumentos de assédio provinham, frequentemente, de outros locais da Europa e colocavam-se ao serviço dos monarcas. No caso do cerco de Lisboa, por exemplo, terá sido um engenheiro de Pisa a conceber as principais máquinas de assédio (cf. BARBOSA, 2006: 57 e 74).

O serviço militar defensivo, com interesse para o presente trabalho, era denominado de “apelido”. Trata-se de uma convocação feita pelos representantes do monarca, ao qual tinham de acorrer todos os homens, sem excepção. Compareciam os peões, a cavalaria vilã, a cavalaria nobre, as ordens militares e até mesmo os membros do clero regular e secular. (BARROCA, 2003a: 80). Cidades como Lisboa ou Coimbra proporcionavam contingentes numerosos, mas as guarnições da maioria das fortalezas eram milícias locais, em serviço temporário, que só eram reforçadas em caso de ameaça declarada.

Entre muçulmanos e cristãos existiam pequenos grupos de mercenários que, ora por conta própria, ora por conta de outrem, efectuavam audazes acções de combate. Num panorama de escassez populacional e de pouca disponibilidade de combatentes regulares, estes bandos encontravam ocupação permanente, quer na pilhagem, quer em busca de recompensas por serviços prestados. Geraldo “Sem Pavor” enquadra-se nestes grupos, mas há que considerar também a presença, mesmo que temporária, de normandos e grupos provenientes da Europa além-Pirinéus.

## As operações

É possível dividir a tipologia das operações militares medievais, do ponto de vista da estratégia, em três grandes grupos: as incursões, os combates de encontro e os assédios. A ocorrência de acções militares diferentes acaba por se inserir no quadro destas, na medida em que têm lugar em consequência de uma das três categorias enunciadas. Refiram-se o caso do bafordo ou torneio medieval, como método de evitar um combate de encontro ou um assédio, e as acções levadas a cabo pelo defensor, em relação a uma incursão inimiga realizada no seu território.

As incursões em território inimigo conheceram várias designações, muitas delas específicas da Península. Entre elas contam-se o fossado, a cavalgada, a algara e a azaria, sendo que as duas últimas são palavras de origem muçulmana. O fossado consistia numa entrada em território inimigo, que normalmente era encabeçada por um grupo de cavaleiros acompanhados de peonagem<sup>24</sup>. Por oposição, a cavalgada alude a uma incursão com propósitos idênticos, em que só participam elementos montados. Do lado muçulmano, os conceitos são análogos. Algara deriva do árabe *al-garâ* e significa “incursão de cavaleiros em território inimigo. Azaria deriva igualmente do

árabe *as-sariâ* (corpo de tropas), designando uma acção militar espontânea feita pelas populações (BARROCA, 2003a: 84).

Estas operações eram efectuadas, sobretudo, por elementos de cavalaria ligeira, não muito numerosos, que procuravam obter surpresa. A penetração em território inimigo não era muito profunda e o tempo de permanência era curto, de modo a minimizar a possibilidade de reacção dos defensores. Conhecem-se, no entanto, alguns fossados que não seguiram esta linha. Ordonho II atacou Évora, proveniente de Leão, num fossado com uma extensão superior a 800 km; D. Sancho I, em 1178, conduziu pessoalmente um fossado contra Sevilha e o Bairro de Triana. Do lado muçulmano, al-Mansur ibn Abi Amir, efectuou uma expedição, por terra e por mar, a Santiago de Compostela, em 997. Para atingir esta profundidade, o atacante teria que recorrer a uma força mais musculada e com mais disponibilidade de permanência ao serviço do que o habitual<sup>25</sup>. Os fossados têm também implicações na conquista de fortalezas e são, muitas vezes, utilizados como operação de moldagem<sup>26</sup>. No fossado ou fossados conduzidos antes de um assédio (ou no deslocamento para um assédio), procedia-se à destruição de colheitas, que conduzia à paralisia, pelo menos temporária, dos centros urbanos que delas dependiam. Geraldo Geraldês e D. Sancho I recorreram a este modo de actuação, em redor de Badajoz e de Sevilha, respectivamente.

Os combates de encontro, conhecidos entre os historiadores como “batalhas campais”, eram raros. Cabem nesta categoria os recontros entre forças de dimensão considerável (da ordem dos milhares), geralmente conduzidas pelo próprio monarca, em que cada contendor procurava neutralizar o adversário, recorrendo ao choque. Esta tipologia de operação era extremamente exigente, do ponto de vista da reunião dos recursos humanos necessários, num território em que a densidade populacional era bastante reduzida. O custo em vidas humanas era, também, muito mais elevado, quando comparado com outra tipologia de operação. Se juntarmos, ao já enunciado, o facto de, exceptuando os *milites*, os restantes combatentes (peonagem) possuírem um treino militar rudimentar, ou não o possuírem de todo, um combate de encontro, mesmo em superioridade numérica, apresentava riscos que nem os assédios, nem os fossados, comportavam. Uma das situações em que ocorrem combates de encontro é a que está relacionada com o envio de forças de socorro a fortalezas sitiadas. Se o sitiante aceitava a batalha, via-se na contingência de ter de combater em duas frentes: contra a hoste de socorro e contra surtidas provenientes da praça.

É importante referir que, ao contrário dos outros dois tipos de operações militares, os combates de encontro decisivos têm, habitualmente, implicações estratégicas para ambos os contendores. A vitória muçulmana na batalha de Alarcos, em 1195, seguiu-se um período de superioridade estratégica almóada<sup>27</sup>. Já em 1212, na sequência da vitória de Navas de Tolosa, a superioridade inverteu-se e os cristãos aproveitaram-na, nos anos seguintes, para efectuar

ganhos territoriais. Um combate de encontro podia provocar perdas que empenhavam toda uma geração de combatentes, a ponto de ter de se aguardar anos, para conseguir repor o potencial.

A abordagem à última categoria de operações enunciada, os assédios, é o objecto do presente trabalho e vai ser desenvolvida nas secções seguintes. Para o estudo, tomou-se como instrumento de trabalho a cronologia das campanhas apresentada na obra *Nova História Militar de Portugal*, vol. 1, dirigida por Themudo Barata e Severiano Teixeira, tendo-se tido somente o cuidado de “desdobrar” as entradas que incluíam mais do que uma operação<sup>28</sup>. No período que pretendemos abordar, entre 1100 e 1250, as operações militares que envolveram o recurso a assédios, representaram cerca de 70% do total (para 15% de incursões e outro tanto de combates de encontro). Se nos concentrarmos somente no século XII, este valor sobe para os 74%. A tábua cronológica utilizada para obter estes valores apresenta-se em anexo.

### Os castelos

Apesar das defesas fortificadas serem uma constante desde tempos imemoriais, o castelo talvez tenha constituído o primeiro avanço verdadeiramente original em relação às técnicas de defesa praticadas na Antiguidade. O desenvolvimento dos castelos em ambos os blocos, cristão e muçulmano, no espaço peninsular, teve início no século IX, e conheceu o expoente máximo do seu desenvolvimento paralelo nos séculos XII e XIII, tendo a arte da fortificação influenciado decisivamente os confrontos no contexto da Reconquista. Com efeito, para atingir o objectivo de ambas as estratégias – a ocupação do espaço – era fundamental o domínio da rede de fortificações do oponente. Nos parágrafos seguintes, tentar-se-á caracterizar a fortificação muçulmana, seguida da cristã, tendo presente que a evolução de uma é indissociável da outra.

A arquitectura militar muçulmana do al-Andalus começou a tomar forma a partir do século IX, ao mesmo tempo, portanto, que a sua congénere cristã. Os mais antigos castelos muçulmanos – os *husun* emirais e califais – eram de influência síria e caracterizavam-se por uma muralha fechada, de planta geométrica simples, guarnecida com torres nos ângulos, e ao longo dos panos mais extensos<sup>29</sup>.

Na arquitectura militar muçulmana existe uma clara distinção entre fortificações de cariz essencialmente militar e fortificações destinadas à protecção de populações<sup>30</sup>. É no século X que começam a aparecer pequenas fortificações (*sajra*), normalmente no topo de elevações, com fim exclusivamente militar. Albergavam pequenas guarnições e estavam posicionadas ao longo de itinerários, de modo a que as tropas pudessem intervir contra incursões inimigas que se desenvolvessem por essas passagens. As atalaias<sup>31</sup> eram pequenas torres de vigia, dispostas estrategicamente e dependentes ou subsidiárias de cidades. Podiam ser guarnecidas em permanência,



embora exista o conhecimento de que, em certos casos, só se recorria a estas estruturas, em situação de conflito aberto.

O *Qasr*, palavra marroquina que foi transposta para o português “Alcácer” ou o castelhano “alcazar”, designa uma área urbana fortificada. O centro militar e administrativo do alcácer é a alcáçova. Situa-se, normalmente, na cota mais elevada da povoação e constitui uma fortaleza em si mesma, com a possibilidade de resistir, mesmo após a tomada do alcácer pelo atacante.

Em contraposição, a designação de *hîsn*, aponta para um tipo de fortificação de carácter militar, rural, normalmente guarnecida por pessoal encarregue de defender um determinado território com explorações agrícolas, pecuárias ou mineiras.

O período dos primeiros reinos taifas não parece ter trazido grandes novidades arquitectónicas, mas a chegada dos almorávidas, no século XI, trouxe para a Península algumas inovações já ensaiadas no Norte de África. Este povo conhecia, e executava com perfeição, as técnicas de construção com pedra, mas fazia também uso comum da taipa – a *tabiya*. Esta técnica de construção consistia em preencher uma cofragem de madeira com uma massa à base de argila, cascalho, telha ou tijolo moído e argamassa de cal. Depois de bem comprimida e seca, retirada a cofragem, resultava uma muralha de considerável resistência. É nesta altura que surgem alterações às plantas tradicionais dos castelos. Em vez de procurar recintos poligonais regulares, as novas construções acompanhavam a linha de alturas onde estavam implantadas, seguindo uma mesma cota, dando forma a polígonos mais irregulares que tinham, em cada ângulo, uma torre de planta quadrangular.

Conhece-se o esforço em renovar as estruturas defensivas, motivado pela conjugação da degradação das cinturas amuralhadas preexistentes e da aproximação progressiva da fronteira com a cristandade. O primeiro sinal a esse respeito, no sudoeste peninsular, parece ter-se dado na Sevilha almorávida, com a grande ampliação do perímetro fortificado da medina, que implicou o desvio do curso do Guadalquivir. O movimento estendeu-se para ocidente, intensificando-se, sobretudo, na segunda metade do século XII, quando a conquista cristã da linha do Tejo colocou a totalidade do Gharb vulnerável aos fossados dos cavaleiros de Santarém (FERNANDES, 2000: 235).

Nos séculos XII e XIII, a arquitectura muçulmana que passa a vigorar é a do castelo almóada. A maior parte dos perímetros fortificados ocidentais, a sul do Tejo, apresentam traços evidentes da acção almóada, vendo as suas muralhas construídas, reconstruídas ou melhoradas, durante a vigência deste poder. As fortificações de Alcácer do Sal, Elvas e Moura inscrevem-se neste período (FERNANDES, 2000: 237).

Os almóadas foram responsáveis pelas maiores inovações em matéria de fortificação, cujas características fundamentais se enunciam:

– A introdução da torre albarrã. Trata-se de um torreão destacado da muralha, à qual se encontrava ligado por uma ponte de pedra. A torre albarrã posi-

cionava defensores “nas costas” de um inimigo que abordasse a muralha, quer para a escalar, quer para tentar arrombamento de portas ou britagem de muros<sup>32</sup>;

– A construção de torres octogonais e circulares, que apresentavam vantagens em relação às esquadriadas: eram mais resistentes aos trabalhos de mina e a engenhos de guerra. Aparentemente, devido à complexidade na sua construção, conhecem-se poucos exemplos em Portugal (Tavira e Silves, esta última já destruída) [BARROCA, 2003d: 116];

– Preocupação acrescida, perceptível nos castelos de fronteira, com o armazenamento de víveres e água, construindo-se, para o efeito, grandes cisternas;

– Quando o ponto de tomada de água ficava no exterior da fortaleza, recorria-se à construção de uma couraça. A partir da muralha, construía-se um muro com adarve<sup>33</sup>, geralmente terminando numa torre, de forma a garantir um acesso seguro ao local;

– Utilização de portas “em cotovelo”, que tornavam indirecto o acesso ao interior;

– A presença de fosso, junto às muralhas, como medida de protecção contra máquinas de cerco. É mais frequente nos castelos ao sul do Tejo e trata-se de uma característica associada a castelos mais tardios. No entanto, em 1217, Alcácer do Sal já possuía um;

Do lado cristão, podemos afirmar que o castelo apareceu cerca de 870, aquando das primeiras presúrias, por Afonso III de Leão e dos primeiros esforços de repovoamento, e que o número dessas estruturas aumentou constantemente, desde o último quartel do século IX até ao século XI (BARROCA, 2003d: 95). Nos finais do século X e no século XI, a região de Entre-Douro-e-Minho contava com uma ampla mancha de castelos roqueiros e condais. O recurso sistemático as estas estruturas durante este período, conhecido como de “incastelamento” deveu-se à necessidade de defesa das populações contra as frequentes incursões muçulmanas e normandas. Tratam-se, pois, fundamentalmente, de construções de iniciativa local. Os castelos roqueiros eram estruturas relativamente simples: pouco mais do que pequenas cercas muralhadas, erguidas em locais elevados, aproveitavam, frequentemente, afloramentos rochosos que eram integrados na própria estrutura. Já os castelos condais eram mais raros e tinham uma arquitectura mais elaborada, com plantas sub-quadrangulares ou rectangulares. Nos dias de hoje subsistem poucos exemplares, devido à fragilidade, resultante da precariedade das técnicas e dos materiais com que foram construídos, e também devido ao facto de, nos séculos posteriores, terem sido, em muitos casos, construídas outras fortificações no lugar das primitivas<sup>34</sup>. É interessante sublinhar que, no mesmo período, do lado muçulmano edificavam-se os *husun*, como já tivemos oportunidade de referir, que eram estruturas bastante mais evoluídas, tanto na sua planta, como na utilização dos materiais de construção.

Durante o século XII, a arquitectura dos castelos em Portugal experimentou uma evolução importante, que marcou a transição dos antigos castelos roqueiros



e condais para o castelo românico. Esta alteração terá sido fruto de diversos factores, uns mais fáceis de identificar do que outros, admitindo-se a influência de outros países europeus (nomeadamente através dos nobres franceses que vieram com o Conde D. Henrique), do contacto com os almorávidas e dos contactos com o Oriente, no contexto das cruzadas. A este respeito, as ordens militares universais, do Templo e do Hospital, tiveram um papel crucial, constituindo o repositório do que de mais avançado se conhecia, em matéria de arquitectura militar (MONTEIRO e PONTES, 2002:7).

Importa conhecer, com base na síntese de João Gouveia Monteiro e Maria Leonor Pontes, as características fundamentais do castelo românico:

- Construído para resistir a cercos prolongados, com muros espessos e altos;

- Presença de cisternas no seu interior, para que a sede não constituísse problema para os defensores;

- Constituído por um pequeno pátio muralhado, com apenas uma ou duas portas (a principal e a “da traição”), minimizando, assim, as aberturas para o exterior, reconhecidas como pontos mais vulneráveis;

- Sobre a muralha, um adarve ou caminho de ronda, protegido por um parapeito com ameias (rectangulares ou pentagonais), de dimensão equivalente às abertas entre elas;

- Aumento do número de torreões adossados à muralha, em relação às construções mais antigas. Os torreões eram, geralmente, de planta quadrada e serviam para quebrar os panos de muralha muito longos e defender os ângulos mais pronunciados;

- Desenvolvidas plataformas para posições de tiro, as seteiras, para armas de projecção (arco ou besta);

- Presença de alambor, novidade trazida do Oriente por D. Gualdim Pais (1118-1195), que consistia num talude, em forma de rampa, na base exterior dos muros. Destinava-se a reforçar as muralhas, a impedir que as máquinas de cerco que se aproximassem da muralha entrassem em contacto directo com esta, a aumentar o ângulo de tiro e reduzir ângulos mortos para os atiradores no interior do castelo e, por último, a facilitar o ressalto de projecteis;

- Implantação do *hurdício*<sup>35</sup>, estrutura de madeira, em forma de galeria de madeira, colocada na parte alta das muralhas, próxima do coroamento das ameias, mas no exterior dos muros, de forma a permitir o tiro vertical sobre a base destes. Eram, habitualmente, galerias cobertas, com um telhado de pendor, voltado para fora. A sua construção em madeira tornava-os bastante vulneráveis a projecteis, fogo e à degradação com o passar dos anos, pelo que acabaram por dar origem aos “balcões com matacões”, estruturas de pedra típicas de períodos posteriores, mas com o mesmo fim. O *hurdício* era fixado por intermédio de barrotes que encaixavam no pano da muralha através de orifícios na pedra;

- Surgimento da torre de menagem. Trazida igualmente pela Ordem do Templo, durante o mestrado de D. Gualdim Pais. O seu conceito era o de uma torre, de planta quadrangular ou rectangular, mais alta

do que os muros do castelo, permitindo o tiro para o exterior destes. Normalmente estava isolada, sem contacto com o pano da muralha, no interior do castelo, o andar térreo não possuía aberturas e o acesso era feito directamente para o primeiro andar através de uma escada móvel, de madeira, que era recolhida em caso de perigo. Era concebida como último reduto defensivo, para permitir continuar a resistência, depois do resto do castelo ter sido tomado;

Do que foi referido, acerca da evolução das fortificações de ambos os lados, pode concluir-se que:

- O surgimento dos castelos muçulmano e cristão ocorre pela mesma altura, no século IX;

- Conhecem um desenvolvimento progressivo e simultâneo, mas que, aparentemente, até ao século XI, não apresenta indícios claros de imitação sistemática de técnicas;

- A evolução técnica de ambos os blocos conhece uma aceleração, a partir do século XII. Do lado cristão, o castelo românico é substancialmente melhorado com as técnicas trazidas do Oriente; do lado muçulmano, são introduzidas inovações significativas pelos almóadas;

- Os castelos que vão ser objecto das operações de assédio, nos séculos XII e XIII, apresentam características resultantes de um processo evolutivo que as transformou em estruturas capazes de resistir durante longos períodos.

Resta-nos, então, verificar quais os processos ao dispor dos combatentes desta época, para proceder à defesa dos castelos que guarneciam e as táticas e técnicas às quais recorriam os atacantes.

### Táticas e Técnicas de Assédio e Defesa

Como nos diz João Gouveia Monteiro, os cercos a castelos constituíam uma das operações militares mais características de toda a Idade Média. Este facto devia-se, sobretudo, ao predomínio das concepções defensivas na guerra medieval, o que levava, frequentemente, o beligerante mais fraco a procurar abrigo por detrás das muralhas da sua praça-forte; ao mesmo tempo, o adversário acabava por preferir empenhar-se nestas acções de assédio (de êxito duvidoso, mas, apesar de tudo, de intensidade regulável e sempre possibilitadoras de um recuo mais ou menos controlado) a jogar tudo por tudo numa batalha campal (MONTEIRO, 1998: 337).

A partir do século IX, alguns princípios de *Vegécio* começaram a tornar-se verdadeiras máximas do comportamento militar, veiculadas pelo clero, conhecedor do latim, que ganhava, também desta forma, algum ascendente sobre os nobres. No entanto, é somente a partir da segunda metade do século XIII que surge, em Castela, uma literatura militar, que consiste, essencialmente, na tradução de tratados latinos e que constitui uma vertente mais, na educação da pessoa (cavaleiro, príncipe, infante ou governante). Em Portugal, as traduções de tratados militares parecem ter sido ainda um pouco mais tardias. As primeiras referências concretas de traduções reme-

tem-nos para o século XV e para a dinastia de Avis (cf. MONTEIRO e BRAGA, 2009: 122-147). Até esta altura, não existe qualquer indício concreto de que tenha havido influência directa de obras escritas na forma de fazer a guerra (BARROCA, 2003a: 158). No entanto, mesmo que não tenha sido directa, seguramente que houve influência, de forma indirecta, pelo menos pela via da transmissão oral. A existência, em Portugal, de “mestres de engenhos”, documentados a partir de D. Sancho I, é igualmente sugestiva de que o conhecimento da poliorcética era uma realidade.

É a partir de meados do século XI que começam a ocorrer, no território português, cercos prolongados, como o de Coimbra (1064), o de Lisboa (1147) e o de Silves (1189). Estas operações fizeram ressurgir as grandes máquinas de guerra, das quais há documentos referentes já ao cerco de Lamego (1057), tornando-se presença comum ao longo dos séculos seguintes.

### O Assédio

No que respeita ao ordenamento das ideias em relação ao assédio medieval, encontramos variadas perspectivas. De acordo com Mário Jorge Barroca, o atacante tinha quatro alternativas: atacar directamente a estrutura; fomentar a traição de alguém encarregado da defesa, para conseguir entrar dentro do espaço amuralhado; assaltar furtivamente a fortificação, a coberto da noite, procurando surpreender as sentinelas; e, finalmente, montar uma operação de cerco, para obter a rendição, por desgaste psicológico (BARROCA, 2003b: 152). John Norris divide também as táticas em quatro grandes categorias: a negociação, a traição, o assalto furtivo e a fome (NORRIS, 2007: 147). Como se pode verificar nos dois autores, as opções, apesar de muito semelhantes, não coincidem exactamente. Vários outros autores, como Christopher Gravett e Philippe Contamine, optam por se concentrar no vasto conjunto de técnicas, sem no entanto lhes dar um enquadramento tático.

Na tentativa de dissecar o conjunto de processos que conduzem à tomada de uma fortaleza, é primordial identificar o objectivo comum a todas as operações. Este objectivo é, claramente, um só: retirar ao defensor a vontade de combater. Na realidade, qualquer que seja o processo utilizado, este tem sempre como propósito provocar o momento em que a guarnição desiste de defender o castelo.

Desde logo, a primeira grande divisão a efectuar é entre a tomada de fortalezas por acção indirecta e directa.

Por acção indirecta entende-se aquela que não implica uma intervenção direccionada especificamente à guarnição da fortaleza, resultando na entrega da praça por parte do defensor. Está quase sempre associada a uma demonstração de força<sup>36</sup> por parte do atacante, que leva o mais fraco a desistir da defesa, antes mesmo de existir contacto ou a avançar com uma negociação que lhe permita minimizar as perdas. Nesta classificação, enquadra-se a, relativamente frequente, rendição de fortalezas subsidiárias de castelos conquistados. Assim, a rendição de Palmela

a Abu Yaqub Yusuf II, em Junho de 1191, na sequência da conquista de Alcácer do Sal<sup>37</sup>, ou a da Sintra Muçulmana, em Outubro de 1147, pouco depois da conquista de Lisboa, por D. Afonso Henriques, são bons exemplos. Em certos casos, a reputação de um chefe atacante é suficiente para convencer uma guarnição da inutilidade dos esforços de defesa, antes mesmo de haver um avanço militar sobre a praça (GRAVETT, 1990: 17). Mais raro, mas igualmente fruto de um processo semelhante de demonstração de força, é o sucedido em Elvas, em 1228 ou 1229. A avassaladora progressão das forças cristãs de Afonso IX de Leão e as ordens militares, ao serviço de D. Sancho I de Portugal, fizeram com que a população decidisse abandonar a cidade, sem ter havido sequer lugar a negociação, que foi ocupada por forças cristãs (BARROCA, 2003b: 59);

As operações de acção directa são aquelas que implicam contacto, quase sempre de combate, com a guarnição defensora. Estas, pela sua diversidade, são as que nos vão merecer maior atenção.

Na secção dedicada à delimitação de conceitos, verificou-se que o termo “cerco” não se refere a uma tática de assédio, mas sim a uma operação ou acção preliminar, para criar condições para exercer uma acção directa sobre o castelo. Aliás, se “assédio” for associado em permanência à palavra “cerco”, surge um problema: como é possível, para forças sem potencial de combate suficiente para efectuar um cerco, conquistar uma fortaleza? A resposta parece ser directa: recorrendo a táticas que não necessitem de cerco preliminar<sup>38</sup>. Fica efectuada a primeira grande divisão na tipologia das táticas de assédio, entre aquelas que podem ser executadas sem recurso a um cerco e as que, obrigatoriamente, necessitam de o implementar ou, pelo menos, no caso da demonstração de força, necessitam de ameaçar a sua implementação. Esta divisão também coincide,  *grosso modo*, com o que Mário Jorge Barroca classifica de “Guerra Desleal” e “Guerra Leal”, que, em linguagem militar actual, pode ser traduzido, respectivamente, por guerra não convencional e guerra convencional.

Em cada uma destas duas divisões, podemos encontrar várias táticas diferentes. Assim, a guerra não convencional compreende a traição, o arдил e o assalto de surpresa. Na guerra convencional, encontram-se a demonstração de força, a degradação, a brecha e o assalto. Obtêm-se, assim, sete táticas (três não convencionais e quatro convencionais) que não são estanques entre si, ou seja, o atacante pode utilizar uma combinação de duas ou mais táticas, quer em simultâneo, quer sequenciais. Mais ainda: ocorrem situações em que, no impasse provocado por um cerco prolongado, o desfecho de uma tática convencional reside na aplicação momentânea de uma tática não convencional. No quadro que se apresenta, encontram-se enunciadas as táticas e as técnicas que a cada uma correspondem. Pormenorizar-se-á cada uma delas, no texto.

Detalhemos, em primeiro lugar, as táticas da guerra não convencional.

**Guerra não convencional – “desleal”**

Assédio sem recurso a Cerco			
Tática	Descrição	Técnicas	Exemplos
Traição	Sublevação de toda ou parte da guarnição/ população.	Suborno ou aliciamento	Sancho II e Conde de Bolonha.
Ardil		Oportunidade	Sintra, 1109
Assalto de surpresa	Iludir a guarnição.	Escalada nocturna de muros	Silves, 1240
	Entrada na fortaleza de forma não declarada.		Santarém, 1147

**Guerra convencional – “leal”**

Assédio com ameaça de Cerco			
Tática	Descrição	Técnicas	Exemplos
Demonstração	Ostentar potencial de combate		Coruche, 1180
Assédio com recurso a Cerco			
Tática	Descrição	Técnicas	Exemplos
Degradação	Diminuir progressivamente a capacidade de combate do defensor	Fome	Alcácer do Sal, 1217
		Doenças	Tomar, 1190
		Tiro	Alcácer do Sal, 1191
		Fogo (incêndios)	Montemor-o-Velho, 1211
		Desgaste psicológico	Santarém, 1184
Brecha	Abertura nas muralhas para permitir a passagem de forças	Mina	Lisboa, 1147
		Movimento Pendular	Silves, 1189
		Tiro directo	Lisboa, 1147
Assalto directo	Investida à vista dos defensores para controlar o adarve	Escada	
		Ultrapassagem do muro	Lisboa, 1147

A opção por estas táticas está relacionada com a existência de um desequilíbrio de potencial relativo de combate entre os dois contendores, havendo superioridade do defensor ou, pelo menos, tendo este boas condições para resistir a um cerco prolongado. Por seu turno, o atacante ou não tem potencial para proceder a um cerco, ou não pretende fazê-lo, numa clara quebra voluntária do código da guerra instituído<sup>39</sup>. Este aspecto é central na mentalidade medieval. O cerco de Coimbra de 1064 inaugurou, no espaço português, o modelo de cerco que deveria prevalecer nas monarquias cristãs nos séculos seguintes. Tratou-se do primeiro exemplo claro, conhecido, das condições de rendição, que se converteram em opção normativa durante os futuros assédios: se os habitantes de uma cidade se rendiam imediatamente, normalmente permitia-se que ficassem nela e conservassem a vida, a religião e os bens. Se se rendiam no decurso do assédio, preservava-se a vida e era permitido que partissem com todos os bens que pudessem transportar. Se não se rendiam, a cidade era tomada de assalto, eram mortos ou convertidos em escravos<sup>40</sup>. (BARROCA, 2003c: 151 e 153). Estas regras instituídas por todo o mundo cristão e muçulmano, conhecendo algumas nuances regionais, tinham por base conceitos como a palavra dada e a honra pessoal. Uma leitura superficial deste sistema pode levar a crer que se tratava somente de cumprir regras previamente estipuladas, advindo até desvantagem para quem delas não se desviava. É certo que o desvio às normas da guerra medieval coloca o transgressor em situação de vantagem tática imediata sobre o adversário. Mas, em contrapartida, retira-lhe a possibilidade de usufruir dos “direitos e garantias” que o mesmo código lhe consagra. Por exemplo, elementos de uma guarnição que tivessem visto as vidas poupadas pelo

atacante, após a rendição, dificilmente teriam a mesma sorte, se pegassem de novo em armas contra o conquistador (GRAVETT, 1990: 19). As regras do combate medieval em geral – e da guerra de assédio, em particular – iam ao ponto de, uma vez conseguida a desistência dos defensores, ser concedido ao alcaide ou governador o tempo necessário para enviar uma mensagem ao seu senhor, a informar da situação, e a solicitar autorização para se render. Durante esse período de tempo, que normalmente correspondia a um prazo estimado razoável, acordado entre as partes, as hostilidades cessavam. Em 1191, quando Abu Yaqub Yusuf, al-Mansur, depois de oito dias de cerco, conseguiu ocupar parte do sistema de Silves, ficando o governador, Rodrigo Sanches, isolado na alcáçova, este dispôs de dez dias, para pedir licença a D. Sancho I, para entregar a praça (HENRIQUES, 2006: 49).

Entre as táticas que contrariavam, deliberadamente, os códigos instituídos, contam-se a traição, o ardil e o assalto de surpresa.

A traição consiste na sublevação proveniente do interior da fortaleza, quer originada por subornos ou aliciamento de elementos da guarnição (incluindo o alcaide ou governador), quer pela revolta das populações, nos casos de castelos ocupados, mas que mantêm a população original tendencialmente hostil ao ocupante<sup>41</sup>. O primeiro caso foi o que ocorreu com três tenentes de castelos, no tempo de D. Sancho II, que os entregaram ao seu irmão, Afonso, conde de Bolonha, não tendo honrado os votos de fidelidade e homenagem que tinham assumido para com o rei<sup>42</sup>. A traição de oportunidade ocorre, quando surge uma fragilidade no governo do castelo. Pode acontecer, quando uma hoste inimiga se aproxima para sitiar, quando parte da guarnição sai da fortaleza para

cumprir uma missão, ou quando muda o panorama estratégico geral. Em 1109, os mouros de Sintra rebelaram-se, após terem tido conhecimento da morte de Afonso VI de Leão, ocorrida em Junho (BARBOSA, 2004: 18. Ver também BARROCA, 2003b: 36).

Outra tática não convencional é o uso de um ardil, enganando a guarnição. Uma forma comum era afastar o exército atacante da fortaleza, simulando uma retirada, de modo a convencer os defensores de que o perigo tinha passado, mas deixando um pequeno contingente emboscado nas proximidades. No momento em que as muralhas eram desguarnecidas e as portas abertas, o contingente aproveitava para entrar e dominar os defensores. Em 1239 ou 1240, D. Paio Peres Correia recorreu a um ardil para conquistar o castelo de Silves. Sabendo que o emir do Algarve, Aben Mafom, se encontrava neste castelo, enviou uma coluna para tomar Estombar, fazendo crer que a comandava pessoalmente e que se tratava da maior parte da hoste. O emir apressou-se a sair de Silves, à frente de um exército de socorro, deixando o castelo praticamente desguarnecido. O momento foi aproveitado pelo mestre de Santiago, para proceder à conquista (HENRIQUES, 2006: 73-74). Na verdade, o ardil pode recorrer a tantas técnicas quantas a imaginação do atacante permitir, desde que este esteja disposto a quebrar as regras instituídas.

A última das táticas não convencionais é o assalto de surpresa. As técnicas principais a que recorre esta tática são duas: escalada furtiva de muros (frequentemente nocturna e em estações do ano em que, habitualmente, não se combate) e a entrada na fortaleza de uma força, sob disfarce, que procede ao domínio dos pontos-chave (GRAVETT, 1990: 21). Geraldo “Sem Pavor” recorria frequentemente à técnica da escalada nocturna, em noites chuvosas de Inverno, surpreendendo as sentinelas. Santarém foi tomada, em 1147, por intermédio de um método análogo. Beja, em 1162, também.

Vistas as táticas que não necessitam de cerco para serem aplicadas, é altura de abordar as que, por oposição, não são possíveis a não ser num quadro de isolamento, ou, pelo menos, de ameaça de isolamento prévio da fortaleza. Como o cerco prévio é a condição “legal” medieval para a tomada de uma fortaleza, passamos a estar perante guerra convencional. Neste conjunto, figuram as táticas da demonstração de força, da degradação, da brecha e do assalto directo.

A primeira destas quatro, deixa implícita, por parte do atacante, a existência de potencial de combate e de vontade para efectuar um cerco. O defensor sabe que o atacante tem poder: tem a força e tem a capacidade de a utilizar. A diferença de potencial entre atacante e defensor é de tal ordem que, à vista ou à aproximação da hoste atacante, a praça solicita de imediato a rendição. Aparentemente foi o que ocorreu em Coruche, em 1180, quando os exércitos almôadas se concentraram para a conquista deste castelo, surpreendendo a guarnição, que se rendeu sem combate.

As restantes três táticas recorrem ao cerco efectivo. Torna-se, então, agora oportuno, descrever esta operação.

A preparação de um cerco não seria deixada ao acaso. Desde logo, o efectivo da hoste teria de ser calculado com base na dimensão da empresa. De igual modo, era importante escolher a tipologia dos efectivos: artesãos especialistas em engenhos, cavaleiros que assegurassem as comunicações e escoltas a colunas de abastecimentos, arqueiros e/ ou besteiros que pudessem assegurar tiro de armas individuais para o interior da fortaleza, peonagem, bem como serventes diversos. Era necessário providenciar abastecimentos, para assegurar a sobrevivência dos sitiadores. Era igualmente imprescindível a provisão de materiais específicos, nomeadamente ferramentas para trabalhos de organização do terreno e para uso na construção de engenhos. Se a região não proporcionasse madeira adequada para as máquinas, era também importante ajuizar alternativas exequíveis<sup>43</sup>.

A altura do ano mais propícia para um cerco era o Verão. Há vários factores que, somados, tornam esta época muito mais vantajosa do que qualquer outra. Como estação das colheitas, a abundância de cereal nos campos tornava a vida mais fácil aos sitiadores e castigava duplamente os sitiados. O tempo quente secava as linhas de água, poços e fontes, levando, com mais facilidade, à escassez deste bem dentro das muralhas (MONTEIRO, 1998: 339). A juntar ao já enunciado, o ar seco e quente, com pouca humidade, contribuía para aumentar os efeitos do fogo.

A primeira acção a efectuar era o estabelecimento do arraial ou acampamento. Se o acesso a pelo menos parte do castelo fosse feito por água, era igualmente necessário utilizar navios que bloqueassem o tráfego a embarcações que servissem os sitiados<sup>44</sup>.

O arraial era posicionado a uma distância tal que permitisse visibilidade para o castelo e a rápida concentração de tropas para o combate, mas tinha de estar fora do alcance das armas de projecção da fortaleza. A distribuição do dispositivo não era concentrada num ponto. Pelo contrário, tentava-se abranger o máximo de cintura de cerco e as tendas eram frequentemente protegidas por paliçadas<sup>45</sup>. O sitiante procedia, igualmente, à escavação de fossos entre si e a fortaleza, como medida de retardamento de possíveis sortidas e atrás de si e o exterior, como medida de igual efeito, mas tendo em vista a aproximação de exércitos de socorro. Os itinerários de aproximação eram guarnecidos com atalaias ou postos de vigia, normalmente compostos por homens a cavalo, de modo a que o sitiante pudesse ser avisado, em tempo, de qualquer aproximação. Uma vez instalado o cerco, era costume medieval enviar uma delegação junto à muralha, para instar os sitiados à rendição<sup>46</sup>.

A tática de assédio baseada na degradação do potencial do defensor assenta em cinco técnicas. A primeira está ligada aos abastecimentos e foi designada, genericamente, de “fome”, encerrando este termo também a sede e, em suma, as necessidades básicas para a sobrevivência. Este processo tem tanto mais impacto, quanto menos capacidade tiver o castelo ou fortaleza de obter água e armazenar víveres. As desvantagens para o sitiante residem em

factores como, também ele, ter de ser reabastecido, ver-se obrigado a permanecer imóvel (impossibilitado de desempenhar outras missões) e ficar exposto a doenças e pragas. No território português, durante a Reconquista, a tática da fome não parece ter constituído um fim em si mesma, procurando o atacante a resolução do assédio por outros meios, mais rápidos. Na verdade, como temos visto, os soberanos e chefes militares não podiam dispor nem de grandes efectivos, nem podiam fazê-los permanecer ao serviço durante muito tempo.

A falta de água terá contribuído, significativamente, para a tomada de Silves, em Julho de 1189, por D. Sancho I, depois de quarenta dias de cerco (HENRIQUES, 2006: 37-43), bem como para a queda de Alcácer do Sal em 1217.

A técnica das doenças insere-se naquilo que hoje chamaríamos de guerra biológica. Trata-se da tentativa de fazer grassar, dentro de muros, determinada epidemia. O método mais comum consiste no lançamento, para o interior da fortaleza, de carcaças putrefactas de animais (ou até cadáveres humanos) e excrementos. Caso não fossem tomadas providências imediatas para a incineração ou enterramento destes agentes transmissores, era muito provável a eclosão de focos de doença. Nas situações em que os habitantes e guarnições cercadas estavam já a sentir os efeitos da fome, havia a tentação de comer a carne, mesmo em estado de decomposição. Os surtos de cólera eram frequentes, na sequência do consumo de água contaminada por carne putrefacta. É claro que os sitiadores estavam sujeitos à mesma ameaça, vendo-se, por vezes, forçados a levantar o cerco, como o que terá acontecido em 1190, quando Yacub Yusuf al-Mansur cercava Tomar (BARROCA, 2003b: 51). Infelizmente não encontramos registo de, na época em estudo, se ter verificado a propagação de um surto epidémico no interior de fortalezas, mas é de admitir este quadro como tendo elevado grau de probabilidade.

Até ao surgimento e início do uso intensivo da pólvora, no século XIV, o tiro era efectuado por armas de projecção, quer fossem elas ligeiras e individuais, quer pesadas e colectivas. O assédio medieval incluía tiro, como forma de degradar o potencial adversário, mas também para suprimir a sua actuação, nos momentos críticos da escalada a uma muralha ou da aproximação de uma torre de assalto. Armas individuais, como o arco e a besta, estavam presentes, mas os muros de uma fortaleza alteravam as regras do jogo. Por um lado, tornavam-se necessárias armas capazes de ultrapassar as muralhas e causar dano no seu interior. Por outro lado, o facto do dispositivo de assédio ser estático<sup>47</sup> ajudava bastante, permitindo a utilização de máquinas pesadas, difíceis de deslocar e manobrar, fora do contexto de um cerco.

Entre estas máquinas contam-se as catapultas e as balistas, ambas já existentes na Antiguidade e que utilizavam a energia potencial proporcionada pela tensão ou torção de cordas ou o uso de contrapesos, para o seu funcionamento. Eram construídas por

artesãos e transportadas para o assédio, onde eram operadas por especialistas. A catapulta permitia tiro curvo e lançava pedras ou quaisquer outros objectos, incluindo projecteis incendiários. Conferia ao atacante a possibilidade de atingir estruturas dentro da fortaleza e, por isso mesmo, tinha uma grande influência no moral do defensor. A balista era uma arma semelhante, na concepção, às bestas individuais, mas de dimensões muito maiores. O seu arco podia ter mais de 6 metros de envergadura e disparava, com muita precisão, a grandes distâncias, virotões de aço, semelhantes a dardos. Era, essencialmente, uma arma anti-pessoal e era temível pela incrível precisão e pelo facto de não haver protecção individual possível. Quando, em 1147, os cristãos começaram a organizar o cerco de Lisboa, foram recebidos com tiros de balista (cf. BARROCA, 2003c: 152).

Não possuímos dados que nos permitam identificar a utilização de balistas, em Portugal, no período estudado, mas há referências a catapultas, como após a primeira tentativa de assalto a Alcácer, em 1191, pelo califa Yaqub Yusuf. Este suspendeu o ataque, até à chegada de doze catapultas, que distribuiu uniformemente em redor do castelo, levando a guarnição cristã à rendição (HENRIQUES, 2006: 49).

Quanto à utilização de fogo, por intermédio de projecteis incendiários, encontra-se documentada em relação a vários assédios. Embora não pareça que tenha constituído factor decisivo nas conquistas (antes mais um contributo para a degradação do defensor), é de assumir a sua utilização regular. São exemplos documentados os cercos de D. Afonso II a Montemor-o-Velho e Alenquer, no âmbito dos conflitos com as suas irmãs D. Teresa e D. Sancha, que se prolongaram por mais de quatro meses, e onde “foram usados projecteis incendiários e pedras” (BARROCA, 2003b: 56). A própria tomada de Alcácer do Sal, em 1217, regista a utilização de fogo.

Um cerco bem executado, seguido de demonstrações de força, podia ser o suficiente para dissuadir a defesa. A tática utilizada nestas situações é a de desgaste psicológico. Quando as forças do califa Abu Yacub Yusuf I cercaram Santarém, em 1184, os cavaleiros muçulmanos efectuaram combates simulados, no exterior das muralhas, à vista da praça, ostentando poderio aos sitiados (BARROCA, 2003c: 153). O desgaste psicológico, que é simultâneo com outras táticas, conhece inúmeras possibilidades, não havendo limite para a crueldade dos sitiados. Entre outros métodos, conta-se a tortura e morte de prisioneiros feitos pelos sitiados, à vista dos muros da fortaleza (incluindo, depois, o lançamento dos corpos, mutilados, para o interior da muralha). Durante o cerco de Lisboa, Almada foi conquistada por cruzados que depois expuseram, em frente aos muros da cidade, as cabeças dos mouros almadenses que tinham sido mortos (BARBOSA, 2004: 68).

Vistas as cinco principais técnicas utilizadas pela tática da degradação, passemos à tática seguinte: a abertura de uma brecha. A finalidade da brecha é reduzir parte da muralha de modo a permitir a passagem de forças do sitiante, para o interior da fortaleza.

Recorre a três métodos ou técnicas fundamentais para fazer ruir as paredes: a minagem, o impacto de pesos por movimentos pendulares e o arremesso de projecteis. As técnicas para abertura de brecha são específicas e, à semelhança das já abordadas armas colectivas de tiro, requerem a intervenção de artesãos especializados, de entre os quais adquiriram fama, na Europa, os italianos.

A construção de minas consiste em escavar uma trincheira, que se vai cobrindo com pranchas de madeira (mina de exterior), ou mesmo um túnel (mina de interior), até atingir a base da muralha. Em ambos os casos, retira-se a terra, saibro ou rocha que se encontra sob a secção do muro, tendo o cuidado de escorar bem a escavação com barrotes de madeira. O último passo consiste em incendiar a obra, de modo a que os barrotes, ao serem consumidos, deixem de sustentar o peso da muralha, acabando esta por ruir. Os trabalhos de minagem são arriscados e é importante impedir a sua detecção precoce por parte dos sitiados, ao mesmo tempo que se procura dissimular a sua localização exacta. Utilizava-se uma dobra do terreno ou construções existentes no exterior para iniciar a escavação sem que esta fosse vista das muralhas. Este aspecto era mesmo muito importante, uma vez que, durante os trabalhos, seriam extraídas grandes quantidades de terra e a mina poderia ser detectada através desses indícios.

Por vezes as minas podiam ultrapassar as muralhas e permitir ao atacante aceder ao interior do castelo, escavando-se os metros finais durante a noite. Um pequeno efectivo penetraria, desta forma, nas defesas, vindo depois abrir as portas, para que se desse o ataque principal.

Em 16 de Outubro de 1147, uma mina, escavada pelos cruzados flamengos, conseguiu derrubar parte da muralha leste de Lisboa, entre a porta do Sol e a porta de Alfama. Já a mina escavada pelos cruzados ingleses não teve a mesma sorte, vindo a ser descoberta pelos muçulmanos e destruída (BARBOSA, 2004: 68-71).

O impacto de pesos, através do movimento pendular, é conseguido através da utilização do aríete. Trata-se de um espesso tronco de árvore, com um batente metálico na extremidade, suspenso, na horizontal, de uma estrutura, por intermédio de cordas ou correntes. O método consistia em acercar o engenho do muro ou de uma porta e fazer oscilar o aríete de modo a que, no seu movimento para a frente, embatesse violentamente na estrutura, degradando a alvenaria, a pedra ou destruindo a madeira. Para que a operação do aríete decorresse em relativa segurança para a sua guarnição, este era instalado sob uma cobertura de madeira, quer esta estivesse fixa (fazendo parte de uma mina exterior, escavada até à base da muralha), quer constituísse um coberto integrante da própria estrutura do aríete<sup>48</sup>. No cerco de Lisboa, os colónienses e flamengos utilizaram um aríete e, no de Silves, em 1189, encontra-se documentada a utilização de um “ouriço” para derrubar a muralha (BARROCA, 2003c: 154), inferindo-se que, sob uma cobertura, se encontrava um aríete.

A técnica de abertura de brecha através do impacto de projecteis requeria a utilização de gigantescas máquinas. No período estudado, as máquinas em uso eram a manganela e o trabuco. A primeira, mais pequena, operada pela força de braços ou pela torção de cordas, arremetia projecteis de pedra, em tiro tenso, contra os muros, por intermédio de um braço rígido. Já era do conhecimento dos romanos e provinha da Grécia Antiga (NORRIS, 2007: 193). A segunda, o trabuco, tinha grandes dimensões e o seu princípio de funcionamento era semelhante, mas o projectil a lançar, por ser bastante mais volumoso e pesado, estava suspenso de um braço flexível – ou funda – que, por força centrífuga, permitia o aumento da velocidade inicial. Crê-se que o trabuco tenha tido origem na China, por volta de 400 a.C. e conhece-se a sua utilização na Europa, a partir do século VII. Por vezes, é conhecido como “funda balear”. Na conquista de Lisboa está documentado o uso de duas fundas baleares, por parte dos cruzados ingleses<sup>49</sup> (BARBOSA, 2004: 73).

Por fim, temos a tática de assalto directo, que pode utilizar duas técnicas principais: a escalada e a ultrapassagem de muros e que tem, como finalidade, a colocação de forças do atacante no topo da muralha, mais propriamente, em posição de exercer controlo, através do estabelecimento de um ponto forte no próprio adarve ou caminho de ronda<sup>50</sup>.

A escalada era conseguida, fundamentalmente, através da utilização de escadas de madeira, encostadas ao pano da muralha, ou de corda, que eram lançadas e fixas às ameias ou outros ressaltos da construção, por intermédio de fateixas. As escadas de madeira estavam também, muitas vezes, munidas de ganchos metálicos na extremidade, para dificultar a sua remoção por parte dos defensores. Deviam ser utilizadas em casos muito particulares, em simultâneo ou em complemento de outras técnicas, dada a sua grande vulnerabilidade e limitada capacidade de escoamento. As escadas parecem ter estado sempre presentes nos cercos medievais, estando documentadas, por exemplo, na tomada de Silves, em 1189.

A outra opção consistia em colocar forças no topo da muralha, com recurso a estruturas como as torres de assalto. Eram construídas em madeira e, muitas vezes, recobertas com couro de animais, com o cuidado de o molhar em permanência (para evitar o ateamento de fogo, por parte dos defensores). Estavam munidas com uma ponte de sambuco (ou levadiça), que era baixada sobre a muralha, assim que a torre chegasse à distância adequada. A torre era móvel, estando munida de rodas ou fazendo-se deslocar sobre troncos cilíndricos. Era traccionada à força de braços, a partir do interior e albergava uma guarnição considerável. Além disso, possuía escadas para fácil acesso aos seus pisos superiores, permitindo que, uma vez encostada à muralha, os atacantes pudessem confluír para o ponto de ataque através dela. Era frequente possuir posições de tiro para arqueiros e besteiros, de modo a conseguir proporcionar cobertura durante a aproximação e depois durante o assalto efectuado pela ponte<sup>51</sup>. Num dos primeiros

cercos documentados, em Lamego, em 1057, Fernando Magno de Leão, terá utilizado torres de assalto (BARROCA, 2003c: 154). No período em estudo, foram utilizadas torres de assalto, entre outros locais, em Lisboa, em 1147 e em Alcácer, em 1217.

### A Defesa – contrariar o assédio

Os conceitos de defesa passiva e activa de fortalezas têm sido objecto de diversas abordagens. No que respeita à arquitectura militar, eles estão bem patentes na pedra e as suas características foram já referidas, quando se abordou a evolução das fortificações peninsulares. A transição do castelo românico para o gótico tem sido assinalada como a passagem da postura de defesa passiva para a defesa activa (cf. PONTES e MONTEIRO, 2002: 13 e Barroca, 1990: 122). Se é verdade que a arquitectura dos castelos foi reflectindo essa tendência (também já tínhamos assistido a um processo semelhante na transição do castelo roqueiro para o românico), não é menos verdade que o defensor, desde sempre, cuidou de recorrer a todos os processos possíveis para assegurar uma defesa eficaz, incluindo a procura da iniciativa táctica possível. O simples fechar de portões, postar sentinelas e aguardar tinha boas hipóteses de funcionar, principalmente se a obra de fortificação era consistente e se havia provisões em quantidade, numa época em que o serviço militar era temporário e o

atacante não podia permanecer indefinidamente. No entanto, caso nada mais fosse feito e o atacante estivesse disposto a ficar até à queda da praça, esta, mais cedo ou mais tarde, seria inevitável. Podemos então distinguir tendências mais passivas e mais activas de defesa, mas nunca deixando de admitir a coexistência das duas em simultâneo.

O método que utilizaremos, para analisar os recursos à disposição dos defensores de uma praça, assentará na perspectiva do que pode ser feito para contrariar as possibilidades do atacante. Invocando, uma vez mais, a mentalidade medieval e as leis da guerra, as preocupações de um alcaide, um governador ou um comandante de uma guarnição deviam centrar-se em dois campos fundamentais: prevenir a guerra desleal, leia-se, evitar ser vítima de um ataque surpresa e defender um ataque convencional, ou seja, operação com recurso a cerco. A primeira preocupação é do domínio da segurança, ao passo que a segunda entra, esta sim, no campo da defesa propriamente dita. Ao contrário da abordagem que é possível fazer com facilidade para as operações ofensivas, em tácticas de assédio, dividindo-as depois nas respectivas técnicas, no caso da defesa a táctica fica, desde logo, bastante limitada, pelo que somos obrigados a uma abordagem diferente, centrada nas opções tácticas do atacante e apoiada, fundamentalmente, nas técnicas. Vejamos:

Contrariar a guerra não convencional “desleal” - Segurança		
Finalidade		Soluções técnicas do defensor
Impedir actos de traição		Processos de controlo
Detectar atempadamente movimento inimigo		Postos avançados
		Sistema de patrulhas
Impedir ou neutralizar ataques surpresa		Sistema de sentinelas eficaz
Defender da guerra convencional “leal” - Defesa		
Acção atacante	Técnicas	Soluções técnicas do defensor
Cerco	(operação preliminar ao assédio)	Sortida, exercício de socorro ou ambos, em simultâneo.
Degradação	Fome	Aprovisionamento, negociar saída de não combatentes.
	Doenças	Cremação de carcaças
	Tiro	Cobertura proporcionada pelas estruturas. Tiro.
	Fogo (incêndios)	Minimizar exposição de materiais combustíveis. Água.
Brecha	Mina	Contra-mina.
	Movimento Pendular	Tiro, fogo, líquidos quentes.
	Tiro directo	Tiro de resposta.
Assalto directo	Escada	Bloqueio por contacto. Derrube das escadas.
	Ultrapassagem do muro	Tiro. Fogo. Bloqueio por contacto.

Começamos, então, pela segurança. Neste campo, bastante amplo, procurou-se aqui enunciar, em traços gerais, algumas das soluções possíveis.

Desde logo, os actos de traição estão muitas vezes associados a condições que transcendem a própria guarnição<sup>52</sup>. Neste caso, os processos de controlo são, muitas vezes, de ordem política ou estratégica, como o cuidado na nomeação de governadores, o recurso ao reordenamento de populações ou ao povoamento de regiões.

Já no que diz respeito à detecção atempada de movimentos do inimigo, as soluções são profusamente colocadas em prática por ambos os blocos, cristão e muçulmano. As atalhas, as fortalezas menores – *hîsn* – e o próprio sistema de *rîbat*, do lado muçulmano, e a implantação de castelos de fronteira, principalmente executados pelas ordens militares (com os respectivos postos avançados e vigias), destinam-se, não só a detectar movimentos como também a interceptá-los,



através das guarnições militares destes postos. Em 1109, o *hísn* de Sintra foi atacado pelo normando Sigurd, que depois saqueou arrabaldes de Lisboa. O *hísn* cumpriu a sua função de defesa e alerta, neste caso, contra uma ameaça vinda do mar.

É de admitir que o sistema de patrulhas seja também um recurso permanente em ambos os lados. Sabe-se que existia, pelo menos nos castelos de fronteira, nalgumas zonas de Leão e Castela, mas não se conhece fonte segura que o afirme em relação a Portugal (cf. BARROCA, 2003c: 151). As patrulhas seriam fundamentais, não só numa perspectiva de vigilância directa, mas também como método de ligação às populações das explorações da região, subsidiárias da fortaleza. A obtenção de informações e indícios por parte destes habitantes era igualmente um factor a considerar.

Os ataques de surpresa, incluindo intrusões diurnas e nocturnas, deveriam ser detectados por um sistema eficaz de controlo de acessos e de sentinelas. Sabe-se que, de uma forma geral, era costume existir uma hora de recolher, quando as portas eram fechadas, no período da noite. Os relatos de ataques surpresa bem sucedidos são abundantes, especialmente se atentarmos no percurso de figuras como Geraldo “Sem Pavor” e o próprio D. Afonso Henriques. Infelizmente para nós, os relatos de tentativas goradas de assaltos “desleais” não abundam, mas é de admitir a sua existência e, inclusive, a possibilidade de serem mais frequentes do que os assaltos bem sucedidos.

Na defesa contra acções convencionais – da “guerra leal” – a tentativa de romper o cerco encontra-se entre as opções do defensor, por intermédio de surtidas (ou saídas), por intervenção de uma força de socorro ou pela combinação de ambos.

No início do cerco de Silves, em 1189, os almóadas fizeram uma surtida, com cavalaria ligeira, que retirou de imediato, procurando atrair os cavaleiros francos para junto das muralhas, onde seriam facilmente atingidos pelos projecteis dos defensores (HENRIQUES, 2006: 33). Naquilo que podemos considerar, de certa forma, o movimento oposto, em 1217, uma hoste de socorro, conduzida por vários emires muçulmanos, foi derrotada pelos portugueses que se encontravam a sitiá-lo Alcácer do Sal.

A combinação da actuação de uma surtida com um exército de socorro está patente, por exemplo, no ataque a Badajoz perpetrado por Geraldo “Sem Pavor”, em 1169, apoiado por D. Afonso Henriques. Com o intuito de impedir o rei português de se apoderar de uma praça que lhe traria a supremacia para toda a reconquista do Alentejo, Fernando II de Leão, atacou os sitiadores, vindo do exterior. Ao mesmo tempo, os almóadas fizeram uma surtida, a partir da alcáçova.

Quando a acção do atacante é do campo da degradação de potencial do defensor, as técnicas utilizadas para minimizar os seus efeitos são variadas. No que respeita à fome, a primeira medida do defensor encontra-se reforçada no texto de Vegécio: “(...) E adverti várias vezes para que se tenha um cuidado muito especial em que nunca surja uma falta de água

ou de comida, males para os quais nenhuma arte tem solução; por este motivo, devem armazenar-se dentro das muralhas tantas vitualhas quantas as que são necessárias para o tempo de assédio que estiver ao alcance dos sitiadores” (MONTEIRO e BRAGA, 2009: 363). Também ocorria o defensor solicitar ao sitiador autorização para a saída dos não-combatentes da fortaleza, ficando menos bocas para alimentar (NORRIS, 2009: 57). Para evitar ou minimizar a propagação de doenças ou epidemias, no interior das fortalezas, os sitiados deveriam proceder ao enterro imediato de cadáveres ou à incineração de carcaças de animais mortos.

A protecção contra as armas de tiro curto, que podiam atingir o interior da fortaleza, residia no aproveitamento das estruturas mais sólidas como abrigo e na utilização de armas colectivas de projecção, como as catapultas e as balistas, para efectuar tiro de resposta. Em 1189, os muçulmanos de Silves dispunham de trabucos no interior do castelo, que utilizavam para fustigar os sitiadores e impedi-los de chegar às muralhas (BARROCA, 2003c: 156).

Contra os incêndios provocados pelo atacante, havia que tomar medidas preventivas, quer relativas à disposição dos materiais inflamáveis dentro da fortaleza, quer ao acesso à água que permitisse debelar um incêndio. Habitações com telhados de colmo deveriam oferecer um alvo propício. No entanto, curiosamente, quase não detectámos referências a incêndios, no interior de castelos ou fortalezas, no período observado.

Quanto às tentativas de conseguir uma brecha na muralha, já foi anteriormente descrito o processo da contra-minagem. Em 1147, os muçulmanos de Lisboa conseguiram anular, com eficácia, uma mina construída pelos ingleses. Para isso, procederam a uma contra-mina, que não é mais do que um túnel que procura interceptar a mina do atacante, para o impedir de progredir e fazer aluir os seus trabalhos.

Quando o atacante se acercava da muralha, para a tentar derrubar com um aríete protegido por um ouriço, as possibilidades dos defensores iam desde a execução de tiro directo de arco e besta sobre os atacantes, fazer rebolar e cair grandes pedras, líquidos a ferver ou utilizar o fogo. Contra este tipo de engenhos, a medida mais eficaz que as forças sitiadas podiam utilizar era o incêndio. Atiravam-se estopas embebidas em materiais combustíveis, potes de resina e outros materiais a arder (BARROCA, 2003c: 157). Quando a tentativa de derrubar a muralha era efectuada, à distância, com tiro directo de trabuco ou manganel, a solução da guarnição passava também pelo tiro, que podia incluir projecteis incendiários ou grandes pedras, para procurar destruir as armas agressoras.

Havia que impedir, a todo o custo, a aproximação aos muros de torres de assalto ou outros engenhos. Uma vez que máquinas tão volumosas demoravam bastante a deslocar, é de admitir que permanecessem durante muito tempo ao alcance das armas de projecção do interior da fortaleza, dando aos defensores a oportunidade de fustigar os atacantes e anular o

assalto, antes mesmo deste chegar à muralha. Deveriam ser utilizadas todas as armas de projecção disponíveis, da mais ligeira à mais pesada e, se possível, projecteis incendiários.

Finalmente, se o atacante conseguia alcançar o adarve, tornava-se necessário repeli-lo, no combate corpo a corpo, antes que este conseguisse um ponto forte que permitisse a entrada subsequente de mais elementos. O mesmo se passaria, se conseguisse abrir uma brecha. Nestes dois casos, os defensores deveriam acorrer ao ponto da muralha por onde se poderia dar a penetração, a fim de bloquearem a entrada de elementos atacantes.

### 1217 – Conquista de Alcácer do Sal

Em meados do século XII, todo o Baixo Sado islâmico se estruturava em redor de Alcácer, importante base militar e naval do Atlântico e porta de acesso ao Alentejo, unida por rotas comerciais com Beja, Évora e Lisboa. Conquistada por D. Afonso Henriques em 1158, foi retomada por Yaqub Yusuf al-Mansur, em 1191, e rebaptizada de Alcácer da Vitória (*al-Qasr al-Fath*). A recuperação de Alcácer representou o ponto alto de um longo período marcado pela ausência de campanhas e mesmo de tentativas de recuperação do território perdido, algumas décadas antes.

Desde 1191, não era visível qualquer tentativa séria de obter, de novo, o controlo de Alcácer do Sal, embora este se apresentasse como estratégico para os portugueses. Com efeito, a sua conquista não só permitia impedir a organização de expedições que, a partir dela, atacavam as margens do Tejo, nomeadamente Lisboa, mas o seu controlo significava, igualmente, ter um acesso privilegiado ao centro e sul além-Tejo. Após 1217 e a consolidação do domínio sobre essa praça, assistir-se-á a um avanço das conquistas para sul, principalmente ao longo da década de 30 do século XIII, com base nos contingentes santiaguistas. Só em 1217, com o governo de Afonso II já a meio, foi organizada uma expedição, que contou, à semelhança do que tinha ocorrido com Lisboa em 1147 e com Silves em 1189, com a participação de cruzados, instados pelo bispo de Lisboa, D. Soeiro Viegas, e outras personalidades a colaborarem com os portugueses na conquista da praça de Alcácer (VILAR, 2008: 168-169).

As principais fontes conhecidas para a conquista de Alcácer do Sal são o poema de Gosuino (*Cármem de Gosuino*) e a correspondência mantida entre Guilherme, conde flamengo, participante na conquista e o papa Honório III. Do primeiro, utilizámos a cópia patente na *Monarquia Lusitana*, parte quarta, p. 133 a 136, traduzida do latim medieval por Santos Alves. A correspondência referida encontra-se no vol. I de *Monumenta Henricina*, p. 45 a 56. São também de considerar duas cartas do mesmo papa aos bispos de Lisboa e de Évora, com referências à operação militar.

Em meados do século XII, Alcácer foi descrita por Edrisi, geógrafo e poeta muçulmano, como o principal centro da região que hoje compreende o

Alentejo e parte da Estremadura Espanhola<sup>53</sup>. O porto transformava Alcácer num importante nó de comunicação fluvial-marítima e constituía a saída para o oceano de importantes centros urbanos do interior: Badajoz, Évora, Mérida, Xerez, Alcántara e Coria (VILAR, 2008: 45). Encontrando-se implantada junto ao Sado, no espaço imediatamente anterior ao seu alargamento num vasto estuário, a cidade tornava-se também num ponto privilegiado de travessia terrestre, ligando as principais cidades do al-Andalus.

Havia bosques e uma agricultura relativamente rica em torno da urbe. O castelo assentava sobre uma colina rochosa, formando um polígono irregular, acompanhando a linha de alturas sobranceira ao rio Sado (PICARD e FERNANDES, 1999: 72).

O recinto amuralhado deveria ter cerca de 250 a 300 metros no sentido nascente-poente e pouco mais de 150 metros no sentido norte-sul. O alcácer possuía, pelo menos em parte do seu perímetro, um fosso, que é claramente mencionado nos textos coevos. A planta possível de reconstituir, da Alcácer almóada do século XII, não é completa, mas é, no entanto, conjugada com as descrições de textos coevos, suficiente para afirmar, com certezas, a existência e localização de grande parte das estruturas<sup>54</sup>.

A alcáçova encontrava-se deslocada bem para oeste, em relação ao perímetro da muralha, no ponto de cota mais elevado<sup>55</sup>. A medina ficava contígua à alcáçova, estendendo-se para leste, e tinha por centro uma mesquita. Havia, pelo menos duas portas e dois postigos: a ocidente, uma porta que servia a alcáçova. No extremo oposto, a oriente, a chamada Porta de Ferro, revestida exteriormente por uma lâmina de ferro, fixada com cravos. Este revestimento aumentava consideravelmente a resistência da porta e conferia-lhe protecção contra o fogo. Os postigos eram pequenas portas situadas em locais discretos da muralha e facilmente defensáveis. Crê-se que, no período almóada, já existiriam dois. Há ainda a possibilidade de já existir, à época, uma terceira porta, a norte, que no final da Idade Média, era conhecida como Porta Nova. Durante a noite, os acessos ao castelo eram fechados, efectuando-se a reabertura das portas ao amanhecer.

Como muitas cidades hispano-muçulmanas, além da alcáçova e da Medina situadas intra-muros, contava com um importante elemento extra-muros: os arrabaldes. Estes localizavam-se, sem dúvida, junto ao rio, mas dispunham-se também em anfiteatro pela encosta, sobretudo a nascente. De acordo com Cláudio Torres, citado por Maria Teresa Lopes Pereira, Alcácer teria uma dimensão idêntica às localidades muçulmanas de Santarém, Elvas, Évora, Beja, Aroche, Mértola, Silves e Faro e contaria com 2000 a 2500 habitantes (PEREIRA, 2000: 41-42).

As condições de defesa de Alcácer eram excelentes. A cidade possuía numerosos silos de cereais e um poço com bastante profundidade e abundância de água.

O governador de Alcácer do Sal, em 1217, era um elemento da família dos Banu Wazir. Esta era uma das famílias mais proeminentes do Gharb, tendo

ocupado vários lugares de alcaides e governadores de cidades como Beja e Silves. Abu Muhammad ‘Abdallah era filho de Abu Bakr Muhammad, que tinha mantido um longo e estável governo, durante mais de 25 anos, algo extraordinário para um castelo que, ao tempo, se encontrava na linha da frente entre muçulmanos e cristãos. Sabe-se que as alcaidarias e outros cargos governativos eram concedidos quase sempre temporariamente, e não eram hereditários, situação que acrescenta valor à posição deste governador<sup>56</sup>.

Depois da reconquista de Alcácer do Sal de 1191 aos cristãos, pelos almóadas, a praça passa a constituir o primeiro ponto forte na vanguarda da estratégia militar ofensiva almóada. Desde este local é possível efectuar expedições, quer por via terrestre, quer por via marítima, em direcção a Lisboa e toda a região do Tejo. Nesta época, as muralhas sofreram uma importante intervenção de reforço. Alcácer disporia de uma guarnição de tropas, pagas e abastecidas a partir de Sevilha e Ceuta (HENRIQUES, 2006: 51), que a juntar à sua função, já referida, de base militar estratégica, faz supor que deveria possuir condições e estruturas para acomodar uma hoste considerável.

Em 1215 teve lugar o Concílio de Latrão, que declarou a realização de mais uma cruzada (a quinta), com a finalidade de recuperar o Santo Sepulcro, caído em mãos muçulmanas desde 1187. O então bispo de Lisboa, D. Soeiro Viegas, aí presente, pediu autorização para que os cruzados, que eventualmente passassem pelas costas ibéricas, pudessem ajudar na guerra contra os muçulmanos. Quando, em 1217, cruzados vindos do norte da Europa, aportaram em Lisboa, foram instados pelo próprio bispo e outras personalidades a efectuar uma expedição a Alcácer (PEREIRA, 2006: 324).

A hoste foi reunida e aprontada em Lisboa, num muito curto espaço de tempo. Em Junho de 1217, a frota cruzada encontrava-se ainda na Galiza. Em 3 de Agosto, a força estava, na cidade do Tejo, pronta para avançar sobre Alcácer (PEREIRA, 2006: 334). Tinha como estrutura base gente da Igreja – bispos e as ordens militares do Templo (cujo contingente era comandado pelo próprio mestre eleito dos três reinos, D. Pedro Alvites), do Hospital (comandada pelo Prior de Portugal) e de Santiago (sob o comendador de Palmela). A força contava com um importante contingente cruzado, de flamengos e germânicos, com capacidade naval, comandado por Guilherme, Conde da Holanda<sup>57</sup> e tendo como segundo comandante Gerardo de Wied, marechal de Colónia. A cavalaria vilã estava presente, com destaque para os cavaleiros de Lisboa e Santarém. O efectivo mais numeroso estaria, entretanto, na peonagem, constituída pelas milícias concelhias.

A aproximação a Alcácer foi efectuada por terra e por mar, no início de Agosto de 1217, tendo-se seguido o cerco. Aparentemente, o primeiro contacto com a guarnição de Alcácer deu-se no contexto de uma surtida, quando os cruzados foram colher uvas, no arrabalde, próximo dos muros. Gosuíno refere a existência de um fosso, que os cristãos encheram com lenha de figueira e oliveira, árvores abundantes no local. Esta operação de encher ou “atacar” o fosso com materiais, de modo a provocar a redução do

obstáculo, é uma técnica que deve ter sido realizada durante a noite ou, eventualmente, a coberto de ouriços, caso contrário os executantes ficariam à mercê de tiro proveniente da praça. Os materiais com que foi preenchido o fosso foram incendiados pelos muçulmanos, tornando infrutífera esta tentativa de aproximação à muralha.

O facto dos cristãos terem recorrido a árvores de fruto, aliado a outro, o de se terem visto obrigados a desmantelar oito navios para obterem madeira para engenhos de assédio, indicia que não haveria muitos bosques nas imediações.

Os cristãos iniciaram a construção de, pelo menos, uma mina, à qual os muçulmanos responderam com uma contra-mina. Ainda assim, por volta do dia de S. Bartolomeu (24 de Agosto), conseguiu-se fazer desmoronar parcialmente uma das torres, aparentemente não o suficiente para conseguir uma brecha eficaz. Infelizmente, não se conhece nenhuma indicação relativa à localização da torre, pelo que também não é possível perceber de que lado estavam os cristãos a escavar a mina. Gosuíno fala da construção de um “tormento”<sup>58</sup>, que deveria ser uma manganela ou trabuco, mas “as pancadas pouco ou nada movem as muralhas”.

Ainda durante o mês de Agosto, as forças sitiadas receberam um reforço de um outro contingente cruzado, via marítimo-fluvial, com 36 navios<sup>59</sup>. Nesta altura, passou a ser possível posicionar forças a todo o redor da fortaleza e regista-se a construção de valas externas (fosso à retaguarda dos sitiados, para condicionar o movimento de forças de socorro).

O alerta do cerco de Alcácer deverá ter-se propagado pelo al-Andalus, logo no início de Agosto, aquando do estabelecimento do cerco, porque, em finais desse mês, os alcaides de Jaén, Córdova, Sevilha, Badajoz e outros tinham um exército de socorro acampado no lugar de Sítimos, a uma légua (entre 6 e 7 km) de distância. Os cruzados permaneceram a cercar o castelo, enquanto os portugueses se dirigiram ao encontro do exército muçulmano, assentando arraial nas imediações. A cavalaria das ordens militares teve um papel preponderante na batalha que se seguiu, contando-se, de acordo com Gosuíno, um total de cerca de 500 cavaleiros<sup>60</sup>. As fontes são unânimes em referir que o posicionamento das hostes adversárias no campo de batalha era favorável ao lado cristão, atribuindo o facto à posição do sol e ao reflexo das armas, fazendo a hoste da Cruz parecer mais vasta e mais numerosa aos olhos muçulmanos. Uma análise atenta ao terreno dominante na área do lugar de Sítimos, conjugada com os objectivos de cada uma das hostes, leva-nos a apontar para uma abordagem mais pragmática: uma força de socorro tem que ter acção ofensiva, caso contrário, é ineficaz. Era o exército muçulmano que tinha de atacar. É possível que o lado cristão se tenha limitado a deslocar a força para uma área afastada de Alcácer e aguardar o embate. Apesar dos acontecimentos se terem dado no Verão, a envolvente da ribeira de Santa Catarina constitui terreno restritivo aos movi-

mentos, desfavorecendo nitidamente qualquer tentativa de manobra de ataque. Gosuíno, aliás, dá alguns indícios de que o recontro possa ter ocorrido desta forma, na passagem em que descreve que foram alguns cavaleiros portugueses que, pela manhã, saíram do seu acampamento e foram espiar, provocando a reacção do exército inimigo. De qualquer das formas, o combate de encontro é descrito como custoso e sangrento, mas a vitória foi do lado cristão, falando-se de milhares de mortos, entre os quais “dois reis muçulmanos”<sup>61</sup>. O recontro deu-se a 11 de Setembro, dia de S. Jacinto e S. Proto (PEREIRA, 2006: 337).

Depois do combate de encontro, o cerco continuou. Há descrição de que os defensores atiravam, dos adarves, “pedras, vigas e fogo” e continuavam as minas e contra-minas. Ainda de acordo com Gosuíno, pouco tempo depois, uma armada muçulmana, de cerca de 30 navios, tentou aproximar-se da embocadura do Sado, mas foi destruída por uma tempestade. Esta armada, a estar relacionada com o cerco de Alcácer, deveria ter o intuito de fazer desembarcar forças terrestres. Não é crível que, dado o potencial naval que os cruzados tinham em Alcácer (cerca de 100 navios), os muçulmanos tivessem intenção de navegar até ao local.

Nesta, chamemos-lhe, segunda parte do cerco, os cristãos construíram duas torres, mais altas do que os muros do castelo, com os materiais provenientes de 8 navios, destruídos para o efeito. Aparentemente não são torres de assalto móveis, mas sim posições de observação e de tiro, “para dirigir as setas com o arco no meio do acampamento, e assim a morte inopinada atingir os habitantes do castelo” (M. H., 1974: 136). É descrito o tiro de armas de projecção com setas a cruzarem os ares em ambos os sentidos. As torres cristãs e os tiros certos que delas se desfeririam para o interior do alcácer devem ter constituído um rude golpe para o moral dos defensores. Havia também máquinas a “embater contra os muros, procurando desmoroná-los” (PEREIRA, 2006: 339). Está aqui patente a utilização de aríetes?

A 18 de Outubro, os sitiados rendem-se. Não há registo da ocorrência de assalto. Pelo contrário, de acordo com Maria Teresa Lopes Pereira, os mouros, com fome, exaustos e temendo as represálias, caso não viessem a render-se, pediram negociações. Gosuíno declara, no seu poema, “(...) por isso, Alcácer entregasse e todas as portas se abrem aos nossos”.

Guilherme da Holanda escreveu, mais tarde, ao papa Honório III, descrevendo que foram aprisionados dois mil mouros, e o alcaide do castelo, Abu Muhammad ‘Abdallah, o qual com mais de cem dos cativos foi poupado sob a promessa de ser baptizado. Alguns dias depois, acabou por conseguir escapar.

A cidade passou a estar, de novo (já o tinha sido, antes de 1191), sob o governo da Ordem de Santiago. A partir de 1217, Alcácer do Sal desempenhou uma importante função no avanço e consolidação dos territórios reconquistados, sendo fundamental como marca da linha de fronteira e abrindo caminho à posse do Alentejo e Algarve (PEREIRA, 2000: 51).

## Considerações Finais

O assédio de Alcácer do Sal de 1217 constitui um acontecimento expressivo das tácticas e técnicas de assédio, em uso na Península, no período da Reconquista. Apesar de não se encontrar tão bem documentado como outras operações, mais ou menos contemporâneas, como a tomada de Lisboa de 1417 ou a de Silves em 1189, os dados que nos chegaram são suficientes para identificar as linhas gerais de acção, as tácticas e as técnicas utilizadas.

Desde logo, do ponto de vista da estratégia, Alcácer surge como a única empresa de assédio de vulto, em Portugal, do reinado de D. Afonso II (1211-1223). A outra grande ocorrência militar, referência incontornável da Reconquista no século XIII, é a batalha de Navas de Tolosa, em 1212. Em nenhuma delas o rei esteve presente. A tomada de Alcácer surge como uma oportunidade em que a figura central é D. Soeiro Viegas. O facto de, dois anos antes, em Ladrão, este prelado ter solicitado autorização para a intervenção de cruzados que passassem pelas costas ibéricas é revelador de que, pelo menos na mente de algumas figuras portuguesas, a perspectiva estratégica da Reconquista estava presente. O objectivo escolhido – Alcácer – constituía o passo óbvio, no campo modalidade de acção estratégica das acções sucessivas.

Do ponto de vista da táctica, Alcácer enquadra-se, nitidamente, numa táctica de degradação e a procura de um desfecho mais rápido através da táctica de brecha. Na primeira temos referências claras à fome, ao tiro e ao desgaste psicológico. Na segunda, foram tentadas as três técnicas para a brecha: minagem, movimento pendular (através do aríete) e impacto de projecteis. Apesar dos cristãos terem conseguido fazer ruir parte de uma torre, a brecha não foi conseguida. Depois de dois meses de cerco, a fortaleza caiu, por degradação.

As acções dos muçulmanos também nos oferecem um bom conjunto de “material didáctico”. Nada podemos dizer quanto à segurança, mas, no que respeita à defesa, os muçulmanos executaram pelo menos uma surtida inicial. Na tentativa de romper o cerco, recorreram a um exército de socorro, que acabou derrotado num combate de encontro. Sabemos que a vila era bem abastecida, possuía inúmeros silos de cereal e o acesso fácil a água, pelo que se encontrava em condições de resistir, no que respeita à fome. Os defensores recorreram ao fogo para incendiar as madeiras com que os cristãos pretenderam atascar os fossos. Para contrariar as tentativas de brecha, foram escavadas contra-minas, a maioria com bastante sucesso. Sabemos também que, contra o tiro do atacante, a fortaleza efectuava tiro de resposta.

Alcácer foi um assédio no âmbito da guerra convencional. Na realidade, na Idade Média, o processo de tomar uma fortaleza recorrendo a um cerco era o que estava “legalmente” instituído, constituindo o modo convencional de fazer a guerra. Os restantes métodos representam uma forma não convencional. Mário Jorge Barroca utiliza os termos, mais medie-

vais, de “leal” e “desleal”, para designar esta realidade. Vimos que os métodos não são estanques entre si e que podem ocorrer sequencialmente, ou em simultâneo. Ocorre também, com frequência, que, no impasse provocado por um cerco prolongado, o desfecho de uma tática convencional reside na aplicação momentânea de uma tática não convencional, embora não tenha sido este o caso de Alcácer.

Nesta incursão pelo domínio da poliorecética, procurou-se uma sistematização o mais abrangente possível. O exercício de organizar os conceitos

inerentes ao assédio medieval, num esquema taxonómico, pode constituir um ponto de partida que permita estudos detalhados sobre o grau de incidência de operações específicas, num quadro espacial/geográfico próprio, por exemplo, ou numa faixa temporal escolhida.

Uma última palavra para reiterar que a taxonomia escolhida corresponde a doutrinas militares actuais, que serviram de instrumento, tendo o trabalho sido apoiado, fundamentalmente, na ciência militar que, à semelhança de outros campos científicos, se coloca também ao serviço do estudo e interpretação da História.

#### ANEXO – Tábua cronológica de recontros terrestres significativos no espaço ibérico correspondente a Portugal, 1100-1249.

DATA	ACONTECIMENTO MILITAR	TIPO DE OPERAÇÃO
1100	Batalha da Malagón, onde D. Henrique participa ao lado de Afonso VI e de D. Raimundo e derrotam uma hoste almorávida.	Combate de Encontro
1102	Batalha da Vatalandí, nos arredores de Santarém, onde as forças cristãs, comandadas por Soeiro Fromarigues, foram derrotadas por forças muçulmanas oriundas de Lisboa.	Combate de Encontro
1109	Conquista de Sintra e ataque a Lisboa por uma força viquingue, comandada por Sigurd.	Assédio
1111	Conquista da Santarém pela hoste muçulmana de Sir ibn Abu Bakr.	Assédio
1116	Campanha almorávida comandada por Ali ibn Yusuf contra Miranda do Corvo e Santa Eulália (Montemor-o-Velho).	Assédio
1117	Cerco almorávida de Coimbra	Assédio
1127	Invasão do Condado Portucalense pelas forças de Afonso VII de Leão. Cerco de Guimarães	Assédio
1128	Batalha de São Mamede entre forças portucalenses e galaico-leonesas.	Combate de Encontro
1136	Batalha de Cerneja, onde D. Afonso Henriques enfrenta as hostes galegas de Fernão Perez de Trava e Rodrigo Veilaz.	Combate de Encontro
1137	Investida muçulmana contra a zona de Tomar e do Nabão.	Incursão
1137-38	Fossado da Ladeia, com a participação de D. Afonso Henriques.	Incursão
1139	Batalha de Ourique, entre D. Afonso Henriques e uma coligação de soberanos muçulmanos.	Combate de Encontro
1140	Conquista e destruição do castelo de Leiria pelas forças muçulmanas comandadas por Abu Muhammad Az-zubayr ibn Omar.	Assédio
1141	Investida de D. Afonso Henriques contra o condado de Toronho, na Galiza.	Incursão
1144	Investida do vizir de Santarém contra o castelo de Soure, na posse da Ordem do Templo.	Assédio
1147	Conquista definitiva de Santarém (15 de Março), por D. Afonso Henriques.	Assédio
1147	Conquista de Lisboa (Junho a 25 de Outubro), por D. Afonso Henriques, com auxílio de cruzados normandos, ingleses, escoceses, flamengos e alemães.	Assédio (4 meses)
1151	Tentativa de conquista de Alcácer do Sal.	Assédio
1157	Nova tentativa de conquista de Alcácer do Sal.	Assédio
1158	Conquista de Alcácer do Sal, depois de um cerco de dois meses (24 de Junho).	Assédio (2 meses)
1162	Conquista de Beja por cavaleiros oriundos de Santarém.	Assédio
1165	Conquista de Trujillo por Geraldo Sem-Pavor (15 de Abril)	Assédio
1165	Conquista de Évora por Geraldo Sem-Pavor (8 de Setembro a 8 de Outubro).	Assédio (1 mês)
1165-66	Conquista de Cáceres por Geraldo Sem-Pavor (7 de Dezembro a 4 de Janeiro).	Assédio (1 mês)
1166	Conquista dos castelos de Montsanchez e de Serpa por Geraldo Sem-Pavor (5 de Março- 3 de Abril).	Assédio (1 mês)
1166	Conquista do castelo de Juromenha por Geraldo Sem-Pavor.	Assédio
1166	D. Afonso Henriques conquista o castelo de Coruche.	Assédio
1166	D. Afonso Henriques conquista o castelo de Moural.	Assédio
1166	D. Afonso Henriques conquista o castelo de Alconchel.	Assédio
1169	Desastre de Badajoz, onde D. Afonso Henriques é ferido e feito prisioneiro pelas forças de Fernando II, de Leão.	Assédio
1178	Fossado de D. Sancho I até Sevilha e o Bairro de Triana.	Incursão
1179	Ataque muçulmano contra o castelo de Abrantes (Outubro).	Assédio
1180	Hostes almóadas investem contra o castelo de Coruche.	Assédio
1180	Batalha de Arganal, entre as forças de D. Sancho I e Fernando II, de Leão. Derrota de D. Sancho.	Combate de Encontro
1181	Forças almóadas atacam Évora.	Assédio
1184	Expedição de Abu Yaqub Yusuf I, al-Sahid, sobre o vale do Tejo, com cerco de Santarém (27 de Junho)	Assédio
1189	D. Sancho I, com auxílio de cruzados do norte da Europa, conquista o castelo de Alvor.	Assédio
1189	Incursão leonesa contra Celorico da Beira.	Incursão
1189	Cerco e conquista de Silves por D. Sancho I, com o auxílio de cruzados do norte da Europa (18 de Julho-13 de Setembro)	Assédio (2 meses)
1190	Campanha almóada de Abu Yaqub Yusuf, al-Mansur. Conquista de Silves.	Assédio
1190	Conquista almóada de Évora.	Assédio
1190	Conquista almóada de Santarém.	Assédio

1190	Conquista almóada de Torres Novas.	Assédio
1190	Cerco almóada do castelo de Tomar.	Assédio
1191	Campanha almóada de Abu Yaqub Yusuf, al-Mansur, contra Alcácer do Sal (10 de Junho)	Assédio
1191	Conquista almóada de Palmela (Coacção)	Assédio
1191	Conquista almóada de Almada (recurso a Cerco)	Assédio
1191	Abu Yaqub Yusuf, al-Mansur, cerca e conquista o castelo de Silves (28 de Maio-20/21 de Julho).	Assédio (2 meses)
1195	Batalha de Alarcos (19 de Julho), entre Abu Yaqub Yusuf, al-Mansur e Afonso VIII, de Castela. Derrota cristã.	Combate de Encontro
1196	D. Sancho I invade a Galiza e toma os castelos de Tui e Pontevedra.	Assédio
1198	Lide de Ervas Tenras, nos arredores de Pinhel, entre portugueses e leoneses.	Combate de Encontro
1198-99	Ofensivas leonesas sobre a fronteira leste do reino (Beira Interior e Trás-os-Montes).	Incursoão
1199	Forças leonesas cercam Bragança (Primavera). D. Sancho I acorre em auxílio da cidade.	Assédio
1208	Conflito entre D. Sancho I e Pedro Mendes de Poiares, que teve o seu desfecho na lide de Crasconho.	Combate de Encontro
1211	D. Afonso II cerca D. Teresa e D. Sancha em Montemor-o-Velho e Alenquer (Novembro)	Assédio
1212	Afonso IX, de Leão, invade o norte de Portugal em apoio das infantas, derrota as forças leais a D. Afonso II em Valdevez e dirige-se para a Beira	Incursoão
1212	Forças leonesas invadem a zona norte de Trás-os-Montes (Barroso, Chaves, Montenegro e Vinhais)	Incursoão
1212	Batalha de Navas de Tolosa (16 de Julho), onde as forças cristãs derrotam as hostes muçulmanas.	Combate de Encontro
1217	Conquista definitiva de Alcácer do Sal por forças comandadas pelo bispo de Lisboa, D. Soeiro Viegas.	Assédio
1220	D. Afonso II invade o couto de Erveredo, na terra de Límia (Galiza)	Incursoão
1226	Fossado de D. Sancho II sobre Elvas, que se salda em derrota.	Incursoão
1228-29	Ocupação de Elvas pelas forças cristãs, na sequência da fuga da população muçulmana.	Incursoão
1230	Conquista do castelo de Juromenha.	Assédio
1232	Conquista de Serpa e Moura.	Assédio
1232-34	Conquista de Beja.	Assédio
1234	Conquista de Aljustrel.	Assédio
1238	Conquista e Mértola e Alfajar da Pena.	Assédio
1239	Conquista de Aiamonte e Cacela.	Assédio
1240-41	Conquista do castelo de Alvor	Assédio
1240	Conquista de Tavira	Assédio
1240	Conquista de Silves	Assédio
1242	Conquista do castelo de Paderne	Assédio
1245	Lide de Gaia ou do Porto, entre adeptos do conde de Bolonha e D. Sancho II, onde morre D. Rodrigo Sanches (Agosto)	Combate de Encontro
1249	Conquista dos castelos de Porches e Albufeira (Abril e Maio)	Assédio
1249	Conquista dos castelos de Faro, Albufeira e Silves. Fim da Reconquista Portuguesa.	Assédio

## BIBLIOGRAFIA

### Publicações doutrinárias militares (não classificadas)

NATO. 2002. *Allied Joint Operations* – AJP-3.

NATO. 2008. *Joint Symbolology* – APP-6B.

Exército Português. 1987. *Regulamento de Campanha e Operações*.

### Estudos

BEAUFRE, André. 1963. *Introdução à Estratégia*. Tradução e reedição da edição original. Lisboa, 2004. Sílabo.

BARBOSA, Pedro Gomes. 2004. *Conquista de Lisboa – a Cidade Reconquistada aos Mouros*. Lisboa: Tribuna da História.

BARROCA, Mário Jorge (1990). *Do Castelo da Reconquista ao Castelo Românico*. In *Portvgalia* – Revista do Departamento de Ciências e Técnicas do Património da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Nova Série, vol. XI-XII, 1990/91.

BARROCA, Mário Jorge (2003a). *Organização Territorial e Recrutamento Militar*. In *Nova História Militar de Portugal*. Lisboa. Círculo de Leitores.

BARROCA, Mário Jorge (2003b). *História das Campa-*

*nhas*. In *Nova História Militar de Portugal*. Lisboa. Círculo de Leitores.

BARROCA, Mário Jorge (2003c). *Estratégias e Táticas*. In *Nova História Militar de Portugal*. Lisboa. Círculo de Leitores.

BARROCA, Mário Jorge (2003d). *Arquitetura Militar*. In *Nova História Militar de Portugal*. Lisboa. Círculo de Leitores.

BENNET, Matthew, et al. (2007). *Técnicas Bélicas del Mundo Medieval*. Madrid. Libsa.

CONTAMINE, Philippe. 1980. *La Guerre au Moyen Age*. Paris. Presses Universitaires de France.

JACQUES, Tony. 2007. *Dictionary of Battles and Sieges – a Guide to 8500 Battles and Sieges from Antiquity to the twenty-first Century*. Vol 1. London: Greenwood Press.

FERNANDES, Hermenegildo. 2000. *Entre Mouros e Cristãos – a Sociedade de Fronteira no Sudoeste Peninsular Interior (séculos XII-XIII)*. Dissertação de doutoramento em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

GRAVETT, Christopher. 1990. *Medieval Siege Warfare*. Oxford. Osprey Publishing.

- HENRIQUES, António Castro. 2006. *Conquista do Algarve, 1189- 1249. O Segundo Reino*. Lisboa. Tribuna da História.
- MAALOUF, Amin. 2002. *As Cruzadas vistas pelos Árabes*. Algés. Difel.
- MONTEIRO, João Gouveia. 1998. *A Guerra em Portugal nos Finais da Idade Média*. Lisboa. Editorial Notícias.
- MONTEIRO, João Gouveia e BRAGA, José Eduardo. 2009. *Vegécio – Compêndio da Arte Militar*. Coimbra. Imprensa da Universidade.
- MONUMENTA HENRICINA (M. H.), Vol 1. 1960. Coimbra.
- NICOLLE, David. 1989. *El Cid and the Reconquista*. Oxford. Osprey Publishing.
- NICOLLE, David. 2001. *The Moors – The islamic west, 7<sup>th</sup>-15<sup>th</sup> centuries A.D.* Oxford. Osprey Publishing.
- NORRIS, John. 2007. *Medieval Siege Warfare*. Brimscombe: Tempus Publishing Limited.
- QUIROGA, Jorge López (2000). Fluctiaciones del poblamiento y habitat “fortificado” de altura en el noroeste de la Península Iberica (ss. V-IX). In *Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos – Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*. Palmela. Co-edição Colibri e Câmara Municipal de Palmela.
- PEREIRA, Maria Teresa Lopes. 2000. *Alcácer do Sal na Idade Média*. Lisboa. Edições Colibri.
- PEREIRA, Maria Teresa Lopes (2006). Memória Cruzadística do Feito da Tomada de Alcácer (1217) In *Actas do 2º Congresso Histórico de Guimarães – A Política Portuguesa e as suas Relações Exteriores*. Vol. 2. Guimarães. Câmara Municipal e Universidade do Minho.
- PONTES, Maria Leonor e MONTEIRO, João Gouveia. 2002. *Castelos Portugueses*. Lisboa. IPPAR.
- PICARD, Christophe e FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira (1999). La défense côtière au Portugal à l'époque musulmane: l'exemple de la presqu'île de Setúbal. In *Archeologie Islamique*, 8-9 (1999), p. 67-94. Paris.
- RODRIGUEZ-PICAVEA MATILLA, Enrique (2005). *As Ordens Militares Ibéricas na Idade Média.. In As Ordens Militares na Europa Medieval*. Lisboa: Chaves Ferreira – Publicações S.A.
- VILAR, Hermínia Vasconcelos. 2008. *D. Afonso II – Um rei sem Tempo*. Lisboa: Temas e Debates.

## NOTAS

<sup>1</sup> José Mattoso, no seu prefácio à obra de João Gouveia Monteiro – *A Guerra em Portugal nos finais da Idade Média* – refere que “a guerra actual tornou-se completamente diferente, devido a um infinito conjunto de transformações de carácter técnico e mental, como as actuais noções de disciplina, a medição do espaço e do tempo, os processos mecânicos de destruição, a capacidade de comunicação, a velocidade de deslocação no terreno, as cadeias de comando e muitas outras”.

<sup>2</sup> Existiam sistematizações, a maioria proveniente da Antiguidade Clássica. Nas bibliotecas monásticas europeias subsistiam escritos de Vegécio e Vitruvius (Gravett, 1990: 4). No entanto, os primeiros registos da existência de tratados militares em Portugal são posteriores ao período abordado, datando do século XIV.

<sup>3</sup> O período escolhido, de século e meio (1100-1249), indo desde os antecedentes da Fundação de Portugal até à conquista definitiva do Algarve, teve em atenção dois aspectos. Por um lado, há uma certa uniformidade no modo de fazer a guerra neste período. Por outro lado, o espaço temporal é suficiente para conter uma diversidade de operações de assédio que um período mais curto não teria.

<sup>4</sup> General francês (Neuilly-sur-Seine, 1902 – Belgrado, 1975). Intelectual com vasta experiência resultante de uma longa carreira militar e fundador da chamada escola francesa da estratégia. Apesar do estudo da estratégia se ter desenvolvido grandemente, a partir da segunda metade do século XX, tendo o termo “estratégia” assumido inúmeras definições, entre as quais figuram as do general Abel Cabral Couto (Vila Real, 1932), optou-se por escolher a definição de um dos precursores, por permitir uma imediata transposição para a realidade medieval.

<sup>5</sup> Estamos em crer que esta aplicação das diferentes modalidades de acção estratégica seria efectuada de modo consciente, calculado, mas, de certa forma, intuitivo. O monarca detinha o poder, isto é, tinha a força e a capacidade de a utilizar. Em conjunto com os seus conselheiros, entre os quais figuraria, inevitavelmente, o seu alferes-mor, procederia à análise frequente da conjuntura política – leia-se a relação com os reinos vizinhos e a situação interna – de modo a enveredar por uma das opções que se colocavam em cada circunstância.

<sup>6</sup> Esta é a modalidade de acção escolhida quando existe um equilíbrio de forças e o objectivo a atingir é importante. Não existe capacidade para uma ofensiva geral de aniquilamento. O adversário tem de ser “batido” por partes.

<sup>7</sup> É necessário ter em consideração vários actores. Nos séculos XII e XIII podemos identificar os diferentes reinos peninsulares, com preponderância para Leão e para os reinos muçulmanos do sul, o Papa, os actores do norte da Europa que, por intermédio do movimento das Cruzadas, têm presença e influência em Portugal e as ordens militares universais. Os primeiros reis de Portugal viram-se condicionados a gizir estratégias para lidar com todos eles em simultâneo.

<sup>8</sup> Ou tomada. No presente trabalho utilizar-se-ão os dois termos – conquista e tomada – exactamente com o mesmo significado.

<sup>9</sup> Dicionário da Língua Portuguesa, 2006. Porto Editora.

<sup>10</sup> Caso contrário, aplicar-se-ia um outro conceito: o de ocupação.

<sup>11</sup> Designação muçulmana da Península Ibérica.

<sup>12</sup> O modelo militar visigodo assentava numa hoste, organizada em tiufadías (unidades de 1000 homens), divididas, tacticamente, de um modo próximo do romano. Uma tiufadía era composta por dois quingentários (500 homens), cada um destes com cinco centúrias (100 homens). O escalão mais baixo era a esquadra, de 10 combatentes, comandada por um decano. Uma vez que a cavalaria era a arma principal, as tiufadías eram corpos mistos, de cavaleiros e infantas, que se apoiavam mutuamente. Crê-se que, em tempo de paz, o reino visigodo mantinha a componente de cavalaria em permanência e a infantaria era mobilizada em caso de necessidade (Afonso, 2001: 6).

<sup>13</sup> Al-Mansur é um cognome que significa “o Vitorioso”. Ao longo dos tempos, vários líderes muçulmanos receberam este cognome, destacando-se, entre outros, o segundo califa abássida de Bagdade (Abu Ja’far Abdalah ibn Muhamad). Na Península Ibérica, assumem destaque dois chefes, em contextos e épocas diferentes: ibn Abi Amir (938-1002) e Abu Yusuf Ya’qub (1160-1199).

<sup>14</sup> Para uma ideia da dimensão deste exército, sabe-se que, no final do século X, al-Mansur ibn Abi Amir mobilizava uma



força regular de cavalaria de cerca de 12 000 combatentes (Nicolle, 2001: 12).

<sup>15</sup> Entre elas, em 1022, Badajoz, governada pela dinastia aftáida; em 1023, Sevilha, pela dinastia abáida; em 1026, Ossónoba (Faro), governada pelos Banu Harun. Em 1044, a Taifa de Mértola foi absorvida pela de Badajoz. Em 1048, é fundada a Taifa de Silves, governada pela dinastia dos Banu Muzayn.

<sup>16</sup> Figura central do ocidente do al-Andalus, na década de 40 e 50 do século XII. Auto-intitulava-se *Mahdi* – aquele que iria purificar o islão. Chefe militar de valor, conquistou várias praças, chegando a tentar apoderar-se de Sevilha. Fez um acordo de paz com D. Afonso Henriques e foi morto, em 1151, pelos seus homens (Nicolle, 1989: 22).

<sup>17</sup> No território português, cavaleiros oriundos de Santarém tomam Beja, em 1162. Geraldo Sem Pavor, conhecido entre os muçulmanos como “o maldito de Deus”, “demónio” ou “cão” (Barroca, 2003b: 46) tomou Trujillo, Évora, Cáceres, Montanchez, Serpa e Juromenha, entre 1163 e 1166. D. Afonso Henriques conquistou Coruche, Moura e Alconchel, em 1169.

<sup>18</sup> Os contingentes de cavaleiros, incluindo a presença de arqueiros montados, passaram a figurar nos contingentes da monarquia carolíngia e noutras hostes da Europa Ocidental (Barroca, 2003c: 148).

<sup>19</sup> O principal era a guarda pessoal do emir ou califa, aquartelada em Córdoba e recrutada à base de escravos de origem estrangeira (Contamine, 1984: 71).

<sup>20</sup> Sistema de atribuição temporária de terras, com a finalidade de aliviar o tesouro do Califado, no pagamento aos exércitos. O estabelecimento deste sistema é conhecido na região de Beja, logo a partir de meados do século VIII. Admite-se que tenha perdurado durante toda a presença muçulmana, embora se saiba que nos séculos XII e XIII, durante o período almóada, os contingentes eram pagos mediante um sistema de soldo (cf. Fernandes, 2000: 181-182).

<sup>21</sup> Vejam-se, entre outros, os casos de Geraldo “Sem-Pavor”, que serviu senhores muçulmanos e de Reverter, visconde de Barcelona, que combateu sob as ordens dos emires almorávidas.

<sup>22</sup> O povo almóada, com origem nas montanhas do Atlas, não possuía bons combatentes a cavalo. A utilização sistemática de cavaleiros andaluzes permitia suprir esta falta (cf. Henriques, 2006: 25).

<sup>23</sup> A conquista de Alcácer do Sal, em 1217, foi preparada e comandada por D. Soeiro Viegas, bispo de Lisboa.

<sup>24</sup> Phillipe Contamine sugere três possíveis origens etimológicas para o fossado: a palavra poderá provir de *fossa*, vala ou trincheira, evocando um sistema táctico que se começou a usar na guerra contra os muçulmanos, logo desde o início da reconquista, no Séc. IX; poderá igualmente ter origem no verbo *fossare*, que significa atravessar/ trespassar (o inimigo); finalmente pode provir da palavra *fosso*, com o sentido de limite/ fronteira (Contamine, 1980: 147).

<sup>25</sup> Após a fundação de Portugal, muitas cartas de foral previam a prestação de serviço militar por parte dos habitantes, incluindo a obrigatoriedade de acudir à convocação de fossados, mas impunham, igualmente, um limite espacial ao raio de acção destas operações ou um limite temporal (em dias) de prestação de serviço.

<sup>26</sup> Designação actual de uma operação que, não constituindo a operação decisiva, contribui para o sucesso dela.

<sup>27</sup> “Nos campos de Alarcos ficou toda uma geração de guerreiros, a elite da cavalaria nobre castelhana e alguns dos mais valorosos militares ibéricos, o que se reflectiu na quebra do esforço de reconquista durante os anos que se seguiram” (Barroca, 2003b: 52).

<sup>28</sup> Por exemplo, situações em que, no mesmo ano, o mesmo chefe desencadeou mais do que um cerco, encontram-se, na

obra original, referidas na mesma entrada. Pelo facto de representarem operações diferentes e serem relevantes para o estudo, foram separadas e divididas por várias linhas, de modo a que a cada linha do quadro apresentado corresponda uma só operação.

<sup>29</sup> A alcáçova de Mérida (835) é o modelo mais perfeito encontrado na Península. Entre nós, o castelo velho de Alcoutim e o castelo das Relíquias (igualmente em Alcoutim) são os melhores exemplos (Barroca, 2003d: 115).

<sup>30</sup> O mesmo aconteceu do lado cristão, a partir do século XII, através das ordens militares. Castelos como Almourol Templário (1171) ou Belver Hospitalário (1210) são exemplos de fortificações destinadas a albergar contingentes militares.

<sup>31</sup> Atalaia deriva do árabe “*tāli'a*” – lugar alto onde se exerce vigilância. É a designação mais comum e abrangia todo o tipo de estruturas relacionadas com a vigilância (Barroca, 2003b:87).

<sup>32</sup> Paderne, Lagos, Silves, Salir, Loulé, entre outros, são exemplos de castelos almóadas guarnecidos com torres albarrãs. Esta solução foi rapidamente copiada e adaptada nos castelos cristãos, dos quais temos como exemplos, entre outros, os de Vila Viçosa, Alcobaça e Óbidos (Barroca, 2003d: 116).

<sup>33</sup> Caminho no cimo do muro por onde se circulava para ter acesso às ameias. Também conhecido como “caminho de ronda”.

<sup>34</sup> Como exemplo de castelo roqueiro que subsistiu, praticamente sem intervenções posteriores, temos o castelo de Aguiar (Pontido – Vila Pouca de Aguiar). A torre de menagem do castelo de Penela constitui o aproveitamento de um primitivo castelo roqueiro. Como exemplo de castelo condal temos o de Guimarães, erguido entre 950 e 957, para protecção do mosteiro existente contra os ataques normandos (Quiroga, 2000: 86).

<sup>35</sup> Do francês *hourd*.

<sup>36</sup> Na elaboração do modelo, colocaram-se-nos questões acerca de na acção indirecta estar sempre implícita a demonstração de força por parte de um dos contendores. Uma das situações que nos suscitou dúvidas foi o ocorrido em 1238, quando o rei do Algarve, Aben Mafom, propôs a D. Paio Peres Correia, mestre de Santiago, a troca de Estômbar e Alvor, duas fortalezas menores, na posse da Ordem, pelo castelo de Cacela. Aparentemente esta troca seria vantajosa para ambos os intervenientes: os cristãos ficavam com um castelo mais importante e os muçulmanos deixavam de ver o vale do rio Arade constantemente assolado pelos fossados e algaras cristãos. Uma análise mais atenta revela que a demonstração de força existiu e residia na capacidade que os cristãos tinham de efectuar incursões, pelo que o líder muçulmano se limitou a procurar minimizar perdas.

<sup>37</sup> O caso de Palmela é notável. Quarenta e três anos antes, na sequência da conquista de Lisboa, a guarnição muçulmana também tinha abandonado o castelo, sem combate, sendo a fortaleza tomada por D. Afonso Henriques, pouco depois (Picard e Fernandes, 1999: 79).

<sup>38</sup> Veja-se o caso de Geraldo “Sem Pavor” e o seu bando que, durante uma década, assolou toda a faixa correspondente aos actuais Alentejo e Estremadura Espanhola. Apoiando-se no efeito de surpresa, contrariava constantemente as leis da guerra medievais. Efectuava ataques em noites chuvosas de Inverno, socorrendo-se de escadas para escalar os muros. Entre 1165 e 1176, tomou Trujillo, Évora, Cáceres, Montanchez, Serpa, Juromenha. Desferiu ataques contra Badajoz e Beja (Barroca, 2003b: 47).

<sup>39</sup> Mário Jorge Barroca apelida este tipo de guerra de “desleal”. As formas de combater que contrariavam os códigos e costumes medievais instituídos chegaram-nos, profusamente documentados, de diversas origens: em cantigas de escárnio e maldizer, nos epítetos depreciativos conferidos aos seus praticantes, ou em crónicas.

<sup>40</sup> Christopher Gravett diz-nos, a este respeito, que os soldados eram mais frequentemente poupados que as populações, uma vez que se considerava que estavam apenas a cumprir ordens. Não sabemos, no entanto, se este costume era comum na Península, mas é o mesmo autor que afirma, igualmente, que todos os homens-bons, em idade militar, serviam sob o estandarte da cidade (Gravett, 1990: 16 e 18).

<sup>41</sup> Situação frequente nas grandes cidades da Península, em que populações cristãs, muçulmanas e judias coabitavam o mesmo espaço. As motivações das populações são, em muitos casos, mais complexas do que o seu credo, não significando, por exemplo, que moçárabes – cristãos sob domínio muçulmano – não preferissem a estabilidade e prosperidade conferida por muitos governos muçulmanos a um tratamento incerto, que lhe poderia vir a dedicar um conquistador cristão.

<sup>42</sup> D. Soeiro Gonçalves Bezerra, D. Mem Cravo e D. Martins Fernandes entregaram os castelos dos quais eram alcaides ao futuro Afonso III, de Portugal (Barroca, 2003c: 152).

<sup>43</sup> Como veremos melhor mais adiante, em Alcácer, em 1217, este problema foi ultrapassado com recurso à madeira de navios.

<sup>44</sup> Santarém, Lisboa, Alcácer, Mértola são exemplos de castelos que tornavam imprescindível o controlo fluvial para um bloqueio eficaz.

<sup>45</sup> Caso o efectivo do sitiante não permitisse cobrir todo o perímetro da muralha, aí sim, recomendava-se que não se espalhasse demasiado os homens, optando por concentrar o arraial num determinado ponto e por proceder ao respectivo desdobramento apenas nos dias de combate (Monteiro, 1998: 340), referido nas Ordenações Afonsinas.

<sup>46</sup> Esta medida destinava-se a evitar mortes de parte a parte e a abreviar uma operação que poderia ser muito prolongada e onerosa (Barbosa, 2004: 56).

<sup>47</sup> Por oposição aos combates de encontro, que implicam a mobilidade das forças.

<sup>48</sup> Numa herança romana, este formato de arietes, protegidos por um telheiro móvel, de madeira, eram conhecidos, por vezes, como *testudos* ou tartarugas (Gravett, 1990: 47). Estas protecções eram também chamadas de “gatos” ou “ouriços” (Barroca, 2003c: 157).

<sup>49</sup> Há manganelas com uma funda na extremidade. Aparentemente, com o avançar do tempo, o que distingia a manganela do trabuco (ou trabuquete) era a dimensão, sendo a manganela a máquina mais pequena.

<sup>50</sup> Chamar-lhe-íamos, hoje, cabeça de ponte.

<sup>51</sup> Há registo de outros engenhos para a colocação de atacantes no topo das muralhas, cujo princípio de funcionamento divergia da torre de assalto. Tratava-se de máquinas de alavanca, com um cesto numa das extremidades, onde entrava um grupo de combatentes. A outra extremidade era manobrada por uma guarnição, sobre uma plataforma giratória e o objectivo era colocar o cesto, suspenso, junto à muralha, de modo a que os atacantes pudessem aceder ao caminho de ronda. Este método, apesar de requerer menos recursos de construção do

que a torre, apresentava duas grandes vulnerabilidades: tinha de ser manobrado a descoberto e relativamente perto da muralha, ficando os seus operadores à mercê do tiro dos defensores e a utilização de um cesto limitava bastante o número de combatentes que era possível colocar na muralha. Não se conhece nenhum registo da utilização deste tipo de máquinas, em Portugal.

<sup>52</sup> A traição pode até provir do próprio alcaide! Veja-se o que sucedeu com os três senhores de castelos que prestaram homenagem a D. Sancho II, mas depois entregaram as suas praças ao seu irmão, o futuro D. Afonso III.

<sup>53</sup> *Alcácer é uma vila de grandeza média, erguida nas margens do Sado, grande rio sulcado por numerosas embarcações e navios de comércio. A vila está rodeada por todos os lados de bosques de pinheiros, cuja madeira serve para a construção de numerosos barcos. A região, muito fértil, produz em abundância lacticínios, manteiga, mel e carne* (Edrisi, séc XII, transcrito de *Portugal na Espanha Árabe*, org por A. Borges Coelho, vol I – *Geografia e Cultura*, 2ª Ed. Lisboa, Editorial Caminho, 1989, p. 67; vd tb pág 53.) (Vilar, 2008: 39).

<sup>54</sup> A localização da alcáçova, parte significativa das torres, o traçado os panos e muralha, a localização do arrabalde (embora não se consiga precisar a sua dimensão), a localização da mesquita. Mesmo sem ter a localização exacta, há conhecimento da existência de fosso.

<sup>55</sup> A cota do local correspondente, onde se encontra, nos dias de hoje, a pousada de Alcácer do Sal, é de 62 metros. A carta militar nº476 da Série M888 conta com mais duas cotas dentro do perímetro da muralha, de 53 e 50 metros.

<sup>56</sup> Se houve patrimonialização de cargos, esta estava, pelo menos, restringida às famílias de topo (Fernandes, 2000: 180). Ainda assim, é de admitir que um mau governo resultasse na destituição de um cargo, independentemente do seu titular, situação que não ocorreu em Alcácer.

<sup>57</sup> Que encontramos, três anos antes, no campo de Bouvines. De Guilherme sabe-se que era um bom condutor de homens, um veterano de guerra, passando já dos quarenta. Na continuação da Quinta Cruzada veio a conquistar Damietta, no Egipto (cf. MAALOUF, 2002: 263). A frota cruzada contava com cerca de 100 navios, de acordo com o próprio Guilherme, em carta escrita ao papa Honório III, em Outubro de 1217, mas é possível que este valor só tivesse sido atingido depois do reforço, de 36 navios, ocorrido durante o mês de Agosto (M. H., 1960: 48).

<sup>58</sup> Entre parêntesis, a descrição de “máquina de guerra para atirar projecteis” (M. H., 1974: 135).

<sup>59</sup> Este reforço parece ter sido proveniente de um outro grupo, distinto do de Guilherme da Holanda, proveniente da Flandres – Utrecht ou Maestricht (Pereira, 2006: 336).

<sup>60</sup> Este valor devia englobar a totalidade dos homens montados, entre freires-cavaleiros, sargentos das ordens a cavalo e cavalaria vilã.

<sup>61</sup> Gosuíno fala de trinta mil mortos e Herculano de catorze ou quinze mil, tendo morrido os vális de Jaén e Córdova (Pereira, 2006: 338).